

Relatório Económico Trimestral

4T 2018

Todos os meus Relatórios Trimestrais procuram apresentar uma análise da evolução mais provável ao longo do ano. A referência a um dos trimestres corresponde, apenas, à publicação dos dados do INE, relativos ao PIB. Na verdade, o relatório analisa os dados mais recentes, referentes a todos os temas, tentando, pelo menos a partir do 2º Trimestre, debruçar-se sobre a previsão anual.

Os dados, em geral, apresentam fortes alterações entre as primeira e segunda edições, conduzindo, frequentemente, a análises qualitativas muito distintas. Consequentemente, a análise final de cada trimestre será sempre a constante do Relatório do trimestre seguinte; a análise anual final será, portanto, feita no relatório do 1º Trimestre do ano seguinte.

Prefácio:

Nos últimos anos, especialmente, da década de 2000 ao ano de 2014, Angola experimentou um interessante crescimento económico, em função dos altos preços do petróleo no mercado internacional. Anunciaram-se, nesse período, contratos de investimentos com avultadas somas, vislumbrando-se, assim, um admirável progresso social para o país e suas populações. Eis que 2014 chega com o pacote da recessão financeira da qual a economia angolana se vai lentamente recuperando. No entanto, a desigualdade permanece alta e as contas públicas deterioraram-se substancialmente, exigindo amplas reformas para manter o progresso do crescimento inclusivo. Há, neste sentido, uma grande necessidade de se primar por um Melhor direcionamento dos gastos sociais para os menos favorecidos, o que reduziria, ao mesmo tempo, a desigualdade e garantiria a sustentabilidade da dívida pública.

A Universidade Lusíada de Angola tem, no seu escopo de prioridades, o exercício incessante de educar e formar homens e mulheres com um forte sentido de cidadania, comprometidos com os valores éticos, sociais, culturais e profissionais, contribuindo, através do ensino, da pesquisa e da divulgação científica, para o desenvolvimento sustentável da sociedade angolana. Como estratégia, sob a batuta da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, criou-se o centro de investigação económica e desenvolvimento social – CINVESTEC – com o afã de promover a pesquisa dirigida qualitativa e quantitativa, que sirva de suporte técnico e imagético dos desafios económicos e sociais que perfazem as realidades deste tão promissor país da SADEC.

Neste ideal, o Professor Heitor Carvalho traz, neste relatório trimestral-2019, dados quantitativos, dignos de serem tidos em consideração para se primar em escolhas políticas impopulares, juntamente com avaliações mais sistemáticas dos programas de gastos públicos, o que propiciará o crescimento económico e aperfeiçoará a governança económica. Temos aqui um instrumento de consulta para, inclusive, aperfeiçoar a prestação de contas por parte das nossas instituições públicas e privadas, caminho salutar para atingir as demandas atuais em torno do desenvolvimento económico angolano.

Boa leitura!

Professor Doutor Eurico Josué Ngunga

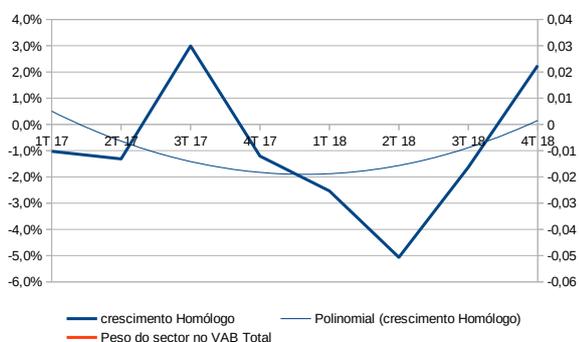
Director da Faculdade de Ciências Económicas – Universidade Lusíadas de Angola.

1 PIB¹

1.1 PIB total

Notas: A escala do crescimento encontra-se no eixo de y principal, à esquerda; a do peso do sector deve ser lida no eixo secundário, à direita. A linha de tendência, referente ao crescimento, deve, obviamente, ser lida na escala do eixo principal (à esquerda).

Para a linha de tendência, escolhi a linha poligonal de grau 2 que, dentro das imediatamente disponíveis na folha de cálculo que uso, me parece melhor representar a evolução na generalidade dos sectores.



O crescimento do PIB, em medidas encadeadas de volume, apresenta valores negativos a rondar o 1% durante todos os trimestres de 2017, com excepção do 3º, este influenciado pela relativa melhoria do sector petrolífero. Em 2018, acentua-se a queda durante o 1º Semestre e, posteriormente, assiste-se a uma recuperação que atinge terreno positivo no 4º Trimestre (2%)

A linha de tendência descreve um arco regular convexo² com máximos próximos de zero e mínimo em -2%.

Em termos anuais, o país encontra-se em recessão há 3 anos:

	2016	2017	2018
Varição do PIB em medidas encadeadas de volume	-2,6%	-0,1%	-1,7%

- 1 Os dados referem-se às Medidas Encadeadas de Volume publicadas pelo INE na NOTA DE IMPRENSA Produto Interno Bruto – IV Trimestre de 2018 – Abril 2019. As estatísticas do INE baseiam-se em dados dos ministérios o que, tendo em conta as deficiências técnicas de muitos departamentos de estatística sectoriais, compromete a sua consistência. As minhas análises e previsões, estão, naturalmente, sujeitas às frequentes e, por vezes, significativas alterações dos dados de base.
- 2 Usaremos sempre a concavidade e convexidade relativas ao eixo horizontal: um curva convexa tem uma tendência crescente nos extremos e mínimo no centro; uma curva côncava uma tendência decrescente nos extremos e máximo no centro.

1.2 Valor Acrescentado Bruto Sectorial - Quadros Gerais:

Quadro Geral do Crescimento por Sectores

	Trimestres 2018				2018/2017
	I	II	III	IV	7
Agro-Pecuária e Silvicultura	-2,0%	-2,5%	-2,3%	-1,0%	-2,0%
Pesca	-12,8%	-10,0%	-18,9%	-24,6%	-17,1%
Indústria Transformadora	-0,3%	-8,0%	6,2%	1,3%	-0,1%
Total Bens transaccionáveis	-3,9%	-5,9%	-3,4%	-6,8%	-5,0%
Indústria extractiva	-6,8%	-6,1%	-16,5%	1,6%	-6,3%
Electricidade e Água	21,7%	37,0%	15,4%	17,2%	22,4%
Construção	-5,3%	-1,1%	0,7%	5,7%	0,4%
Bens	-3,9%	-3,0%	-1,9%	0,6%	-1,9%
Serviços	-2,6%	-6,5%	0,6%	10,2%	0,1%
Serviços Públicos	6,8%	-4,2%	-3,6%	-1,6%	1,2%
Comércio	-10,9%	-11,4%	0,3%	26,5%	-1,6%
Transportes e Armazenagem	1,0%	0,7%	-5,9%	-2,3%	-1,8%
Correios e Telecomunicações	7,5%	-5,3%	-3,5%	9,3%	1,8%
Intermediação Financeira e de Seguros	6,4%	2,3%	17,6%	27,8%	11,7%
Serviços Imobiliários e Aluguer	2,8%	3,0%	3,0%	3,1%	3,0%
Outros Serviços	0,6%	-10,2%	-3,6%	8,3%	-2,0%
VAB não petrolífero	-3,1%	-5,3%	-0,4%	6,0%	-0,7%
Extracção e Refinação de Petróleo	-7,0%	-9,5%	-11,6%	-9,6%	-9,5%
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	-24,8%	-23,7%	-8,9%	8,4%	-15,0%
Imposto sobre os produtos	-16,1%	-29,6%	-10,5%	-5,7%	-12,8%
Subsídios (-)	-100,0%	-50,5%	-80,1%	-30,6%	-62,7%
Imposto Líquidos sobre a produção	70,4%	-50,1%	-150,7%	-260,4%	-135,5%
PIB em medidas encadeadas de volume	-2,5%	-5,1%	-1,6%	2,2%	-1,7%

Quadro Geral do Peso dos Sectores

O INE apenas tem publicado, regularmente, os VAB³ sectoriais em Medidas Encadeadas de Volume. Pela natureza destes cálculos, não é possível a aditividade, isto é, somar o VAB dos diferentes sectores para obter um VAB parcial ou total, deixando-nos sem qualquer possibilidade de fazer uma análise de estrutura.

Porém, sendo esta essencial para percebermos os fenómenos económicos, vemo-nos obrigados a “forçar as coisas”. Os pesos sectoriais daí resultantes são a medida mais aproximada da estrutura da economia que consigo apresentar com os dados existentes.

Do meu ponto de vista, o ideal seria usar os valores nominais, menos sujeitos a tratamento estatístico que o PIB real. Na nota do INE afirma-se que irá introduzir, trimestralmente, o PIB na “óptica de despesas”. Esperamos que esta alteração possa ser acompanhada das restantes ópticas, apresentando a óptica da produção, em termos nominais, com detalhe sectorial.

O Peso dos Sectores não Petrolíferos foi calculado relativamente à soma dos Sectores Não-Petrolíferos. O VAB Não-Petrolífero, o VAB Petrolífero e Impostos Líquidos (últimas 3 linhas) são referentes à soma destes 3 valores, que totalizarão, aproximadamente, o PIB. Optei por esta soma e não pelo PIB total em Medidas Encadeadas de Volume para que a soma das partes pudesse dar 100%.

3 O Valor Acrescentado Bruto difere do PIB por não incluir os “Impostos Líquidos sobre a Produção” que, no nosso caso são compostos por: Subsídios – Impostos sobre a Produção – SIFIM (Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos)

A discussão teórica desta importantíssima questão é apresentada no Anexo I.

	Trimestres 2018			
	I	II	III	IV
Agro-Pecuária e Silvicultura	6,8%	9,4%	7,7%	5,7%
Pesca	3,6%	4,0%	3,7%	3,6%
Indústria Transformadora	6,6%	6,0%	6,8%	6,4%
Total Bens transaccionáveis	17,1%	19,4%	18,1%	15,7%
Indústria extractiva	2,7%	3,4%	2,1%	3,2%
Electricidade e Água	1,5%	1,6%	1,3%	1,4%
Construção	16,6%	11,9%	18,7%	21,2%
Bens	37,9%	36,3%	40,3%	41,5%
Serviços	62,1%	63,7%	59,7%	58,5%
Serviços Públicos	12,3%	10,1%	13,5%	13,2%
Comércio	24,4%	21,7%	18,2%	18,5%
Transportes e Armazenagem	4,0%	4,4%	4,6%	2,8%
Correios e Telecomunicações	1,3%	2,5%	3,8%	4,3%
Intermediação Financeira e de Seguros	2,7%	3,0%	2,2%	2,1%
Serviços Imobiliários e Aluguer	8,6%	9,2%	8,6%	8,1%
Outros Serviços	8,7%	12,6%	8,7%	9,6%
VAB não petrolífero	63,8%	65,0%	64,5%	66,5%
Extracção e Refinação de Petróleo	34,7%	37,0%	34,3%	32,4%
Imposto Líquidos sobre a produção	1,5%	-2,0%	1,2%	1,2%

Da análise do crescimento homólogo não se pode, evidentemente, fazer qualquer leitura de sazonalidade; ao contrário, o peso varia em função da relação entre a sazonalidade do sector e a sazonalidade geral o que permite uma leitura da sazonalidade relativa.

1.3 Sector Petrolífero

	Trimestres 2017				Trimestres 2018				2019
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I
Crescimento da Extracção e Refinação de Petróleo	-9,5%	-6,6%	-3,5%	-1,4%	-7,0%	-9,5%	-11,6%	-9,6%	
Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	1 639	1 635	1 668	1 588	1 519	1 477	1 475	1 440	1 421
Crescimento da Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	-8,4%	-6,7%	-3,9%	-1,4%	-7,3%	-9,7%	-11,6%	-9,3%	-6,5%
Diferença	113,1%	98,4%	90,3%	96,6%	95,6%	98,0%	100,4%	102,9%	

O VAB petrolífero tem vindo a cair, desde 2015, a um ritmo médio de 8,5%, com excepção do 2º

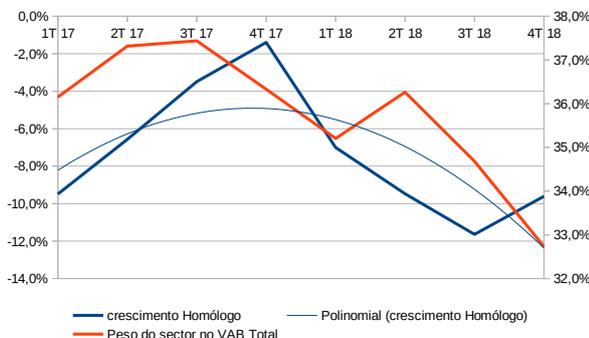
Semestre de 2017, onde o ritmo de queda rondou os 2,5%. Em 2018, a queda foi crescente e atingiu uma média de -9,2%, com um vale profundo, de -11,6%, no 3º Trimestre.

A queda do VAB petrolífero (incluindo refinação e LNG) apresenta uma correlação quase perfeita com a variação da produção de petróleo o que mostra, pelo menos no que diz respeito à economia petrolífera, que os dados têm vindo a apresentar uma melhor consistência.

A questão da importação de refinados ou investimento em refinarias não me parece cabalmente discutida, sendo necessários dados claros sobre a rentabilidade dos investimentos, incluindo a substituição de importações, para que a sociedade possa acompanhar e participar desta importante decisão para o futuro do sector.

De uma forma sumária, com o decréscimo da produção, poderemos arriscar-nos a ter de adquirir ramos no mercado internacional para “alimentar” as refinarias; de outro lado, não ter refinarias que produzam o suficiente para as necessidades internas de refinados, significa ter que comprar estes produtos, muito mais caros que o petróleo bruto, no mercado internacional: tudo depende do custo do investimento e dos retornos esperados. Gastar divisas agora para fazer o investimento pode não fazer sentido se a poupança futura der um retorno actualizado negativo; ao contrário, um retorno actualizado positivo pode ser um bom indicador da utilidade deste investimento; tudo dependerá do risco. É urgente apresentar os cálculos de forma clara em vez de discutir o problema “no ar” como

parece ser nosso hábito: o contrário também é verdadeiro: apresentam-se dados tão técnicos e detalhados que a sociedade não consegue entender desistindo de participar na discussão.



O crescimento do Sector é permanentemente negativo, com uma melhoria relativa, no 2º Semestre de 2017, em resultado da já referida redução da queda da produção de petróleo.

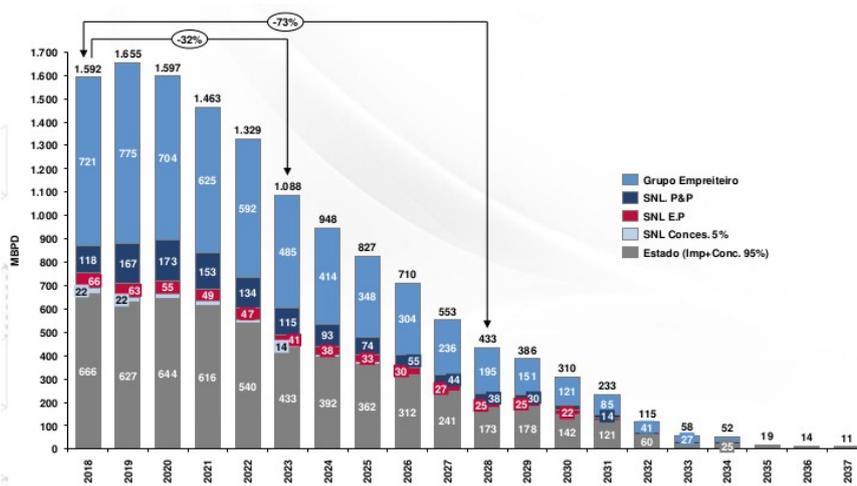
A linha de tendência é côncava e fortemente negativa, variando entre -8%, -5% e -12%.

O Peso do VAB petrolífero no PIB total (soma dos sectores) demonstra, de forma eloquente, que estamos a deixar de ser uma economia petrolífera:

mesmo quando a economia Não-Petrolífera decresce, a economia petrolífera decresce ainda mais!

O declínio da produção petrolífera acentuou-se, durante 2018 e 1ª Trimestre de 2019. Com o actual nível de informação, é fortemente expectável que, em menos de 5 anos, deixemos de ser uma economia predominantemente petrolífera, não por virtude da diversificação mas como resultado do desaparecimento da produção de petróleo.

Desde o Relatório de Fundamentação do Orçamento de 2018 que os técnicos têm vindo a alertar para este esgotamento. Em finais de 2018, o Ministério das Finanças (MinFin) reforçou esta ideia, apresentando uma série, mais prolongada, de previsões da produção em MBPD (mil barris de petróleo por dia):



É certo que estes números só contam com a produção das explorações actuais. Porém, As medidas de recuperação e novas produções - investimento nos campos esgotados, produção em campos marginais pouco rentáveis e investimentos em campos novos - não estão a conseguir suster o declínio dos campos mais antigos. Na verdade, as novas produções têm uma fase de maturação longa e sujeita a imponderáveis e as medidas de recuperação têm resultados pouco precisos; acresce que, sem novas bacias petrolíferas, cuja probabilidade é reduzida, os resultados serão sempre, muito

limitados.

Ao contrário, mesmo os dados da apresentação do MinFin mostram, até agora, um optimismo exagerado.

Comparando a Previsão do MinFin com a produção real (Fonte OPEC com base nos dados fornecidos pelo Governo Angolano), obtemos o seguinte quadro:

	2018	2019 1T	2019 Mar	2020	2021	2022
Previsão da produção – Apresentação do MinFin	1 592	1 655	1 655	1 597	1 463	1 329
Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	1 489	1 421	1 373			
Diferença	-6,5%	-14,2%	-17,0%			

Em 2018, a produção média real foi 6,5% menor que a previsão do Minfin; os dados de produção do 1º Trimestre de 2019 representam menos 14% do que a previsão e estão ao nível da estimativa entre 2021 e 2022; e a produção de Março esteve ao nível da produção prevista para a média do ano de 2022. Dados posteriores, ainda não inscritos na fonte utilizada, revelam produções, em Abril e Maio, de 1.397 e 1.471 milhões de barris por dia, respectivamente, ou seja, uma recuperação da produção, em Maio, para o nível previsto de 2021. Não só as medidas de contenção não estão a ter efeito visível, como as unidades de produção actuais estão a declinar muito mais rapidamente do que o previsto.

Por maior optimismo que se ponha na leitura destes números, é certo que o rendimento se reduzirá de forma significativa o que aconselha a que, urgentemente, passemos a fazer depender o consumo do VAB Não-petrolífero e que destinemos o rendimento petrolífero, **exclusivamente**, à Educação e infraestruturas sanitárias, económicas e de segurança (essencialmente, centros de saúde, vias rodoviárias, infraestruturas de água e electricidade, saneamento e de polícia), sempre tendo em conta que apenas se devem criar as infraestruturas que possam ser sustentadas (manutenção e funcionamento quotidiano) pelos rendimentos Não-petrolíferos.

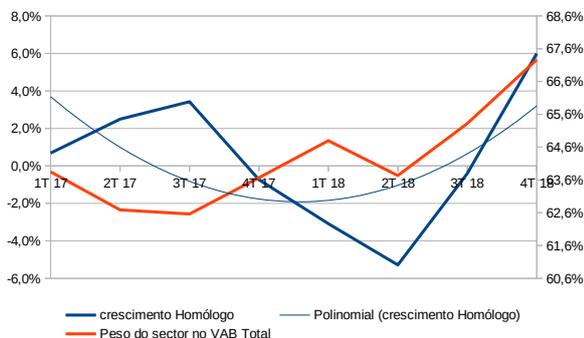
Não o fazer significa apenas desperdiçar mais recursos em infraestruturas que terão que ser abandonadas por não poderem ser mantidas ou tentar substituir os rendimentos do Petróleo por uma Dívida cada vez mais insustentável, até que os credores deixem de acreditar em nós.

1.4 VAB Não-petrolífero

O VAB Não petrolífero representa, uma importante medida da riqueza produzida no País. Retirar a produção petrolífera é um importante exercício já que, como vimos, o sector petrolífero perderá peso a muito curto prazo.

De acordo com o INE, o comércio cresceu 26,5% em termos homólogos, no 4º trimestre, em contraste com as informações veiculadas pela comunicação social e o conhecimento não oficial dos números dos grandes operadores de retalho (infelizmente não publicam contas), corroborados pelas contas do Grupo Shoprite, que mostram um decréscimo homólogo da ordem dos 10% (ver anexo 3).

Devido ao peso significativo do Comércio (18,5% nesse trimestre) esta variação, que parece conter algum erro estatístico, tem importância no valor global do VAB Não-petrolífero.



O crescimento dos sectores Não-petrolíferos mostra uma queda profunda, desde o 3º Trimestre de 2017 até ao 2º trimestre de 2018, apresentando, de seguida, uma forte tendência de recuperação, devendo, contudo, ter-se em conta a reserva acima apresentada.

A linha de tendência começa a crescer a partir do 1º trimestre de 2018 e alcança terreno positivo no 3º trimestre. Contudo, o VAB Não-petrolífero anual cai 0,7%, em 2018, faltando, ainda, confirmar a tendência positiva dos últimos trimestres.

	2017	2018
VAB Não-petrolífero	977 193	970 544
VaB Não-petrolífero per capita	34 985	33 694
Crescimento do VAB não petrolífero per capita	-2,0%	-3,7%
Pop média no período n	27,9	28,8

Considerando a população média igual à média da população no início e fim de cada período, o VAB Não-petrolífero per capita decresce 2% em 2017 e 3,7%, em 2018, mostrando a importância de um crescimento populacional, não sustentado no aumento da produção, para o decréscimo do nível de vida e o empobrecimento geral da população, independentemente de considerações relativas à distribuição dos rendimentos.

A questão da população tem sido sempre tratada ao nível do anedótico e de uma suposta cultura africana (não nos esqueçamos que um proletário europeu do séc XIX era, antes de tudo, alguém que tinha uma imensa prole, mostrando que estas teses apenas revelam ignorância histórica): se há coisa a que se pode associar uma prole imensa é à cultura camponesa pré-capitalista, em todos os países do mundo. Parece-me totalmente irresponsável não colocar a discussão científica desta questão e a sua ligação à economia e ao bem estar das populações como prioridade do Estado: não o fazer só tem conduzido à ruptura da capacidade, por parte de toda a sociedade, de suprir educação, saúde e nutrição mínima aos seus filhos e a um estado de miséria crescente.

Sendo a nossa economia fortemente dependente da importação de bens de consumo e investimento, parece evidente que o crescimento económico estará dependente da nossa capacidade de produção de bens (incluindo serviços) transaccionáveis, isto é, que possam ser exportados ou possam substituir importações. Como segunda condição, dentro dos sectores que produzem bens transaccionáveis, deverão privilegiar-se os que exigem menores volumes de capital e conhecimento (os dois “factores” mais escassos no país) e os que, pela sua natureza, sejam mais consumidores de mão-de-obra (para reduzir o desemprego). Os sectores da Agricultura, Pescas, Indústria e Turismo parecem ser os candidatos à distinção como sectores estratégicos, porque produzem “bens”⁴ transaccionáveis, são fortes consumidores de mão-de-obra e podem desenvolver-se sem grandes concentrações de capital por exploração e com conhecimentos limitados. Claro que, para se tornar competitiva, a produção nacional tem que elevar o conhecimento e a qualidade e concentração do capital; contudo, não sendo possível nem desejável, ficar à espera que o conhecimento e capital se elevem, é necessário começar com o que temos.

A exclusão da industria extractiva resulta do elevado requerimento de capital e conhecimento para ser sustentável, a prazo; a construção e os serviços (à parte o Turismo) não são, no nosso caso, em

4 Incluindo serviços

geral, transaccionáveis.

Inexplicavelmente, num país onde o Turismo deveria ser um Sector estratégico, não existem dados do INE que nos permitam acompanhar a sua evolução, aparecendo misturados na amálgama de Outros Serviços.

A estrutura do VAB Não-Petrolífero mantém-se fortemente concentrada.

	Trimestres 2017				Trimestres 2018			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Peso da Agricultura, Pescas e Indústria	17,2%	19,5%	18,7%	17,8%	17,1%	19,4%	18,1%	15,7%
Peso da Agricultura, Pescas, Indústria e Outros Serviços	25,6%	32,8%	27,8%	27,2%	25,8%	32,0%	26,9%	25,3%
Peso da Construção e Serviços	78,8%	76,0%	77,6%	77,6%	78,7%	75,7%	78,4%	79,7%
Peso da Construção, Serv. Imobili., Serv. Públicos e Comércio	62,9%	63,2%	57,9%	59,3%	62,0%	53,1%	59,1%	61,0%

O peso dos sectores estratégicos mostra uma incompreensível redução que poderá ser influenciada, no último trimestre, pelo possível erro no valor do comércio mas que mostra já uma tendência negativa desde o 2º trimestre.

Em contrapartida, o peso da Construção e Serviços é avassalador e crescente, aproximando-se de 80% da economia Não-petrolífera.

A economia Não-Petrolífera encontra-se fortemente concentrada em 4 sectores: Imobiliário (Construção e Serviços Imobiliários), Serviços Públicos e Comércio que representam já cerca de 60% da estrutura produtiva.

Em conclusão, a estrutura do VAB Não-petrolífero apresenta-se muito distorcida e com tendência de agravamento, sendo essencial o reforço dos sectores produtores de “bens” transaccionáveis, incluindo o Turismo, para que se saia, a curto prazo, da dependência do sector petrolífero.

Em 2018, deu-se uma importante perturbação nos mercados com a moeda a perder 86% do seu valor face ao USD e a inflação a atingir, por exaustão da procura, 18%. Os negócios muito dependentes da importação, viram, em consequência, os seus lucros completamente deteriorados. Esta redução dos lucros, que tornou a atractividade da economia fortemente negativa, não parece ter ainda chegado ao nível de consciência das autoridades económicas. Este tema será aprofundado no capítulo da Política Monetária.

Um conjunto de factores contribui negativamente para o crescimento e a estrutura da economia Não-petrolífera, nomeadamente: um baixo nível de conhecimento geral e de competência e habilidade técnicas; um nível de infraestruturas que reduz a produtividade e aumenta os custos; um grande deficit de capital e a sua reduzida acumulação.

A solução para o nível de conhecimento e capacidade técnica é de longo prazo mas exige acção imediata. Sendo este deficit de conhecimento relativo, a cada dia que não se recupera o atraso, aumentam a dificuldade e os recursos necessários para o superar porque, os outros, evoluindo, se vão afastando de nós.

Não devemos esquecer que, com a taxa de crescimento populacional actual, haverá níveis

crescentes de infraestruturas e de necessidade de formação de docentes muito exigentes. Admitindo que a população cresça a 3% e a pirâmide etária de 2014 se mantenha, haverá, nos próximos anos, cerca de 900 mil novos cidadãos, dos quais 250 mil em idade escolar (5 a 14 anos). Admitindo uma sala de aulas e um professor por cada 30 alunos haverá a necessidade de cerca de 8.300 novas salas de aula e novos professores formados todos os anos, sem considerar a necessidade recuperação do atraso e as normais necessidades de substituição.

Se os recursos necessários à solução deste problema passam pela política fiscal (Despesa) que abordaremos no capítulo próprio, os temas da política de população e de reforma educativa devem ser considerados uma prioridade do Estado. Sem me querer imiscuir no que não conheço, a discussão e solução destes temas, pelos especialistas, é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento económicos.

Em termos de infraestruturas, é fundamental que os eixos rodoviários principais - Luanda-Saurimo, Luanda-Huambo-Lubango, Luanda-Benguela-Lubango e Lubango-Ondgiva - estejam a funcionar. Do meu ponto de vista, para este investimento não pode haver atrasos nem falta de recursos; e é necessário que o OGE consiga manter o seu funcionamento impecável.

Depois, as restantes ligações das sedes de província a estes eixos e a Luanda; só depois as ligações das sedes dos municípios às sedes de Província ou aos eixos principais.

Não havendo mais recursos ou capacidade de gestão, como parece estar suficientemente comprovado, as estradas terciárias devem ser, de momento, deixadas à iniciativa local, promovendo soluções de melhoria que adiante serão referidas.

A produção e distribuição de água e electricidade e a garantia de segurança pública pelo Estado são condições fundamentais para a competitividade das nossas empresas que se vêm forçadas a enormes custos de contexto com geradores, compra de água de cisterna e seguranças privados que os nossos competidores externos não têm. Substituir as importações e, por maioria de razão, começar as exportações, exige que estes custos sejam eliminados a curto prazo.

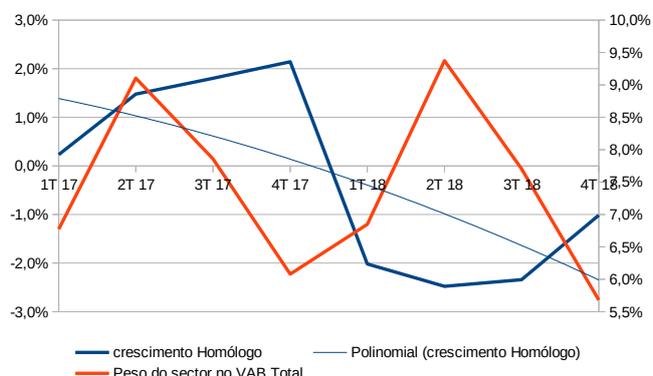
Contudo, a muito curto prazo, a prioridade principal parece ser a **atração e concentração de capitais** que promovam uma base empresarial sólida para a produção.

Este tema será desenvolvido no capítulo referente ao ambiente de negócios e à política monetária (nomeadamente a política cambial e de crédito).

1.5 Sectores estratégicos

1.5.1 Agricultura

Os dados são fornecidos pelo Ministério da Agricultura; a informação refere-se à produção independentemente desta ser escoada. Seria desejável cruzar a informação administrativa sobre a produção com informação sobre os mercados mas, infelizmente, parece não ser, ainda, possível.



O VAB do sector cresce a um ritmo muito lento e decrescente até ao último trimestre de 2017 para, de seguida, cair abruptamente no 1º Trimestre de 2018. Todos os trimestres de 2018 são negativos com tendência para a estabilização à volta dos -2%, apresentando uma ligeira tendência de inversão (-1%, no 4º Trimestre).

Sendo as condições climatéricas, de forte seca, em 2017 e normais, em 2016 e 2018, os dados de 2017 carecem de explicação e podem ter influência na análise do crescimento de 2018.

Contudo, a linha de tendência negativa parece ser bem marcada e sem sinais claros de recuperação.

O peso do sector na economia oscilou entre os 5,5% e os 9,5%, com picos, nos 2ºs trimestres e forte baixa nos 4ºs Trimestres reflectindo, neste caso, o crescimento sazonal de outros sectores, nomeadamente do comércio. A queda do peso, no 4º Trimestre de 2018, para 5,7% do VAB Não-petrolífero é significativa do seu péssimo desempenho.

Apresentamos de seguida um cálculo a que chamámos “VAB per capita da agricultura” e que consiste em dividir a produção pela população rural. Para termos uma melhor percepção do valor actual, porque os números da inflação interna são demasiado díspares para uma conversão fácil dos valores em kwanzas, optámos por converter os valores, de kwanzas de 2002 (os dados do INE) para USD de 2002, à taxa de 41,7 Akz/USD que, seguidamente, actualizámos a uma taxa média de 2,5% ao ano. Apesar de algo artificial, dá-nos uma melhor percepção do que está em causa.

	1 S 17	2 017	1S 18	2 018
Produção agrícola diária / pop rural (USD 2002 – câmbio = 41,7)	0,50	0,46	0,47	0,44
Índice de inflação do USD = 1,025 ⁿ (n = ano corrente -2002)	1,448	1,448	1,485	1,485
Produção agrícola/ pop rural (USD “correntes”)	0,72	0,67	0,70	0,65
Crescimento homólogo da prod agrícola “per capita” (USD correntes)	1,2%	1,4%	-2,6%	-2,3%

O valor do “VAB per capita” é baixíssimo e decrescente, representando, no ano de 2018, cerca de 65c de USD por dia, o que nos dá uma ideia dos

rendimentos da população rural, mesmo sabendo que parte da produção familiar não foi contabilizada, que outra perdeu parte significativa do seu valor, transformando-se em adubo e que os rendimentos dos proprietários de terras (muitas vezes habitantes das cidades) estão aqui incluídos. O crescimento do “VAB per capita” nominal mostra uma queda próxima dos 2,5% em 2018.

Este declínio corresponde, muito provavelmente, à redução dos mercados rurais em resultado da degradação das vias, da conseqüente redução dos comerciantes rurais e camionistas, bem como da falência sistemática de todos os modelos de comercialização rural estatais, o que desencorajou a produção com fins comerciais, acompanhado de um crescimento constante da população da ordem dos 3%.

A recuperação das vias não está a seguir uma lógica de reabertura gradual dos mercados. Vão-se finalizando troços sem que, primeiro, os eixos principais fiquem completos, depois as ligações

provinciais e depois as municipais. Há igualmente notícias que outros trechos se vão degradando por falta de manutenção conveniente. Como resultado, as vias concluídas de pouco servem porque lhes falta, depois, a ligação aos centros de consumo e os mercados não “aparecem”.

A reparação de dos eixos principais tem, contudo, sido feita o que poderá, a curto prazo, melhorar a circulação; contudo, se o OGE não dotar meios para que se mantenham em bom estado de conservação, arriscamo-nos, dentro de pouco tempo, a assistir, mais uma vez, ao mesmo “filme”. Em todos os debates se põe a tónica na qualidade da construção. Sendo esta importante, por melhor que ela seja não podem as vias subsistir sem manutenção constante e exigente, cuja dotação, no OGE, não é, de todo, transparente.

Também se mantêm, em todas as estradas, os “controles” que, hoje, nada mais são do que “portagens” que encarecem os produtos, promovem a pequena corrupção e desencorajam a actividade dos camionistas e comerciantes rurais. Ao invés de melhorar, parece ter estar a haver maior tolerância das autoridades e dos utentes das vias às “portagens” populares que barram as estradas nos pontos mais degradados para cobrarem “taxas” pelas pequenas melhorias que vão fazendo (colocam terra nos buracos mais fundos).

Foi testada, com algum êxito, em países semelhantes a Angola e, também, no tempo colonial, uma solução descentralizada para as estradas rurais que combinava um misto de investimento por parte dos grandes fazendeiros e a utilização da engenharia militar. Esta solução evita o desperdício e permite concentrar os esforços do Governo nas vias de ligação. O custo de contexto que representa o investimento nas vias de acesso, por parte dos fazendeiros, pode, facilmente, ser compensado com redução de impostos e a utilização dos meios das forças armadas representa uma utilização produtiva de recursos ociosos.

Olhando para o PDN⁵ e para as práticas e discursos mais recentes, verifica-se a insistência nos esquemas estatais de comercialização rural para cuja gestão, está sobejamente provado, não existe competência técnica. Como resultado, consomem-se fundos sem que se desenvolvam os mercados e a produção.

Um forte entrave ao desenvolvimento acelerado da produção agrícola resulta do sistema de “propriedade”. Nos últimos 40 anos foram distribuídas terras por motivos puramente políticos, sem qualquer relação entre capital, conhecimento técnico e capacidade de gestão agrícola, de um lado, e “propriedade” rural, do outro, do que resulta uma imensidão de terras totalmente improdutivas e a inexistência de solos disponíveis para quem os sabe e quer trabalhar. Não se observou ainda qualquer acção para a redistribuição das ‘terras ou sequer com vista à taxação das terras improdutivas.

Os projectos agrícolas de alguma dimensão continuam fortemente ligados a objectivos governamentais, condicionados por análises de técnicos que não têm revelado a competência adequada e usando procedimentos que atrasam o investimento e condicionam a produção,

5 PDN – Plano de Desenvolvimento Nacional, 2018-2022, aprovado pelo Decreto Presidencial 159/18

6 A mais elementar justiça exigiria a venda das parcelas que os actuais beneficiários desejem manter, a preço de mercado actual, com a correspondente entrada de fundos para o Estado

aumentando as taxas de retorno exigidas pelos investidores privados. A maior parte dos projectos pretende alcançar objectivos formidáveis, com tecnologias avançadas, para os quais não há suficiente conhecimento e treino (desde a gestão aos trabalhadores), resultando no seu sistemático abandono, ao fim de alguns anos, com enorme perda de valor.

Apesar disso há alguns sinais de que se começa a compreender o problema, embora a tradição estatizante do partido governamental ofereça forte resistência à evolução, não sendo ainda claro se passaremos a ter uma estrutura produtiva do tipo capitalista ou se a opção passará pelo reforço da direcção do Estado sobre a economia.

Realmente, continuam a não ser implementadas regras gerais e transparentes de aquisição de terrenos, a preço de mercado, por investidores agrícolas dotados de capital e conhecimento para desenvolver a produção. A liberdade de empreendimento, para nacionais e estrangeiros acompanhada da “venda”⁷ de terras a preços de mercado e da tributação das terras improdutivas, parece ser o caminho simples a seguir.

A produtividade do sector é muito baixa. Se considerarmos a pirâmide etária, cerca de metade da população rural trabalhará nos campos, pelo que a produtividade agrícola terá rondado os 450 USD / ano, em 2018.

Os esforços estatais de distribuição de sementes, adubos e outros insumos ou meios de produção continuam pouco eficazes por duas ordens de razões: 1) porque se tornam fonte de apropriação ilícita; 2) porque, tal como nos projectos estatais, se procuram tecnologias demasiado sofisticadas que não trazem quaisquer resultados práticos. É mais importante eliminar a corrupção e ineficiência na distribuição e reorientar os apoios para tecnologias mais baratas e adaptadas ao nosso nível de conhecimento, ainda que, teoricamente, menos produtivas.

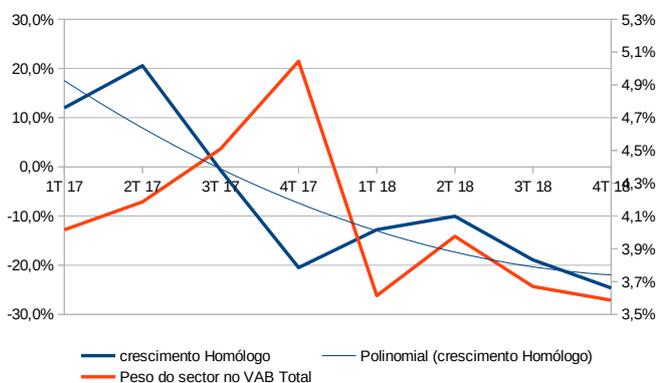
Quanto ao resto, o sector padece dos mesmos males que a generalidade da economia.

1.5.2 Pescas:

Os dados são fornecidos pelo Ministério das Pescas. A recolha é feita por métodos administrativos mas menos sujeitos a erro involuntário do que no caso agrícola, por provirem de um número mais reduzido de operadores. Contudo, porque os operadores desejam manter-se dentro das suas quotas e pagar menos taxas, têm tendência a reduzir os volumes de capturas: aqui o “erro” parece ser voluntário.

A informação parece ser bastante abrangente (embora deturpada) para a pesca marítima executada pelos operadores formais mas não inclui o vasto sector informal, no mar e limita a pesca, nos rios, a alguns projectos de aquacultura.

⁷ Venda em sentido lato, que inclui a cedência de exploração das terras por períodos longos. A questão não está na forma de transmissão do direito de uso da terra mas apenas em transmiti-lo a quem possa explorá-la de forma adequada.



Considerando os dados existentes, o crescimento homólogo é decrescente, variando entre +20,5% a -24,6%, numa tendência de queda vertiginosa sem fim à vista. Em 2018, todos os crescimentos são negativos, aproximando-se dos -10% no primeiro Semestre de 2018 e decrescendo para a casa dos 20% no 2º semestre.

A linha de tendência é acentuadamente negativa.

O peso do sector apresenta uma queda brusca no 1º Trimestre de 2017, seguida de valores ascendentes que se aproximam dos 5% no final de 2017, seguido de uma queda vertiginosa no 1º trimestre de 2018, para 3,6%, mantendo-se nesta ordem de grandeza durante todo o ano.

Num país com uma linha de costa de 3.600 Km, beneficiando da corrente de Benguela e tendo inúmeros rios dos mais diferentes caudais, esta redução da produção e o peso insignificante do sector são uma fortíssima marca de ineficácia.

Pelo que dizem os profissionais do sector, as estatísticas estão muito influenciadas pela deturpação das capturas pelos armadores; contudo, não nos parece que esta prática seja recente pelo que, em termos comparativos, não terá grande significado. Existe, de facto, uma redução significativa das capturas!

Parece ser unânime a opinião que esta se deve, nos tempos mais recentes, a práticas depredatórias, com desrespeito dos limites e captura de juvenis, bem conhecidas mas constantemente ignoradas pelas autoridades.

O sector informal representa não apenas um grande volume de capturas não contabilizado, como também usa, frequentemente, numa lógica de sobrevivência quando os stocks decrescem, práticas menos próprias, como redes de malha fina, capturando juvenis, acentuando o declínio. É necessário conhecer melhor estes volumes de pesca e eliminar as práticas ilegais nos pequenos operadores sem, simultaneamente, desencorajar a actividade.

O controlo do valor e tipo de capturas através da actuação nos mercados, eliminando a venda fora das lotas, parece ser valorizado pelos profissionais do sector para que cesse a pilhagem dos recursos marítimos (o que, também, melhorará a qualidade da informação); mas é fundamental que estas funcionem eficientemente. Algum investimento na organização dos mercados foi realizada durante o ano de 2018 mas o sector carece de muito maior atenção nesta acção prioritária do Governo.

É opinião generalizada entre as pessoas ligadas ao sector que o conhecimento das práticas depredatórias, sobretudo pelas grandes frotas internacionais, existe. O problema não parece residir no conhecimento mas sim numa eficaz acção repressiva. Consequentemente, a recomendação óbvia deveria ser a do investimento em meios de apreensão das embarcações transgressoras e a condução

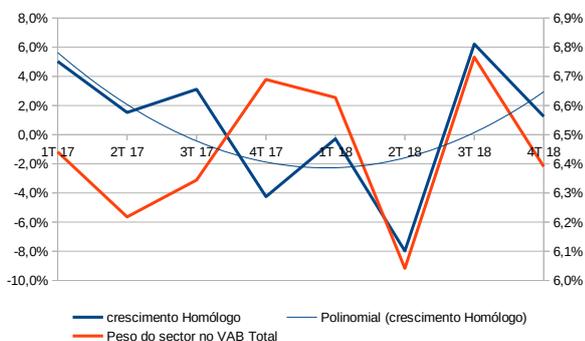
obrigatória de toda as embarcações para as lotas. A organização eficiente dos mercados é a principal condição para o desenvolvimento do sector e pode, simultaneamente, fornecer dados muito importantes sobre a sustentabilidade da actividade.

Ao contrário, nos Orçamentos de 2018 e 2019, o investimento está direccionado para postos e tecnologias sofisticadas de observação que apenas vão confirmar o que já se sabe, usando meios muito mais dispendiosos. Seria de toda a conveniência reorientar o investimento para o funcionamento eficaz de uma rede de lotas, a condução obrigatória de todas as embarcações (incluindo as frotas internacionais) para estes mercados e para a repressão da venda em mercados não autorizados.

Mas não coloquemos a carroça a puxar os bois. A operação transparência dirigida para o mar, sem que os mercados estejam organizados e a funcionar eficazmente e sem que existam meios de coacção das frotas internacionais, pode originar uma quebra adicional das capturas e arrisca-se a afectar apenas a produção nacional. Não que se considere a operação um mal em si, mas, sem que se preparem as condições para que os pescadores possam operar, podemos arriscar-nos a que “a cura acabe por matar o doente”.

1.5.3 Indústria

Os dados são fornecidos, ao INE, pelo Ministério da Indústria, sendo recolhidos por processos administrativos. O INE considera-os dados de qualidade mas parece haver alguns atrasos e erro humano neste método de recolha, como veremos adiante.



A trajectória do VAB seria coincidente com a linha de tendência se não fosse aquilo que parece ser uma transferência de valores entre os 2º e 3º Trimestres de 2018.

A linha de tendência descreve um arco, com mínimo entre os 1º e 2º trimestres de 2018, assistindo-se, a partir do 2º Semestre, a uma recuperação do sector que atinge terreno positivo no 4º Trimestre.

O peso do sector apresenta uma tendência sazonal com os picos nos 4ºs trimestres, o que corresponde à lógica da procura. O comportamento irregular, nos 2º e 3º trimestres de 2018, reforça a ideia de alguma irregularidade na recolha dos dados.

A indústria sofreu fortemente com as restrições de divisas após a crise, em resultado, não apenas da escassez geral, mas também da orientação dos recursos para a importação de bens finais. Contudo, este sector não parece apresentar problemas específicos, como no caso da agricultura e pescas.

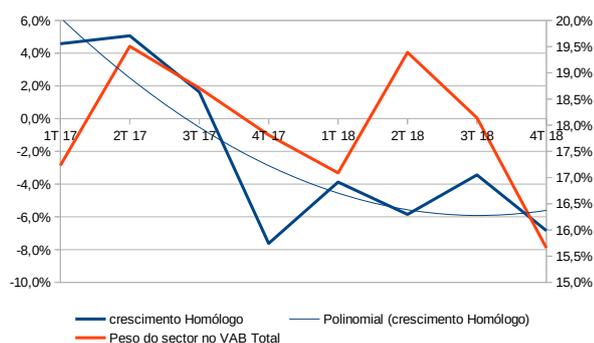
De salientar que parece haver uma crescente aceitação, pelo comércio (praças, cantinas, supermercados e hipermercados) dos produtos da indústria ligeira nacional o que é muito importante, não apenas por revelar a sua crescente competitividade em termos de qualidade e preço

(em boa parte resultante do abandono da taxa de câmbio fixa), mas também porque demonstra que o problema do incentivo à produção nacional se resolve com bons produtores e não com imposições administrativas ao comércio.

1.5.4 Total dos Sectores Prioritários produtores de bens

Considerarei o conjunto da produção de bens da Agricultura, Pescas e Indústria como o conjunto de sectores prioritários. Falta, acrescentar o Turismo, para obter o conjunto de sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis, com potencial suficiente para justificar uma acção governamental prioritária. A incompreensível mistura dos dados do Turismo na amálgama do sector “outros serviços” deve ser urgentemente corrigida para que isso possa acontecer.

Impulsionar este conjunto de sectores, em conjunto com o Turismo, parece-nos o principal objectivo económico estratégico do Estado, por possibilitar um significativo desenvolvimento com recursos limitados de capital e de conhecimento.



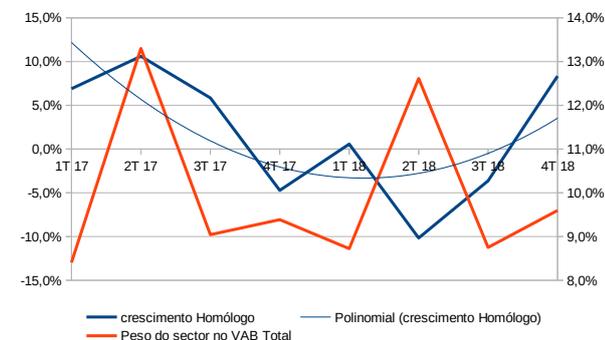
O crescimento deste conjunto passa para terreno negativo entre o 3º e 4º Trimestres de 2017 para estabilizar, a partir daí, à volta dos -6%.

O seu peso apresenta uma variação em serra entre os 16% e os 19,5%, com uma preocupante queda para o mínimo no último trimestre de 2018.

Com esta queda acentuada do conjunto de sectores que devia mostrar maior dinâmica de

crescimento, fica patente que a diversificação da economia tem recuado ao invés do que se pretendia.

1.5.5 Outros Serviços



Neste sector, estão, incompreensivelmente, incluídas Viagens, Hotelaria e Restauração, ou seja, o sector de Turismo. A tendência é de forte queda até ao 2º Trimestre de 2018, invertendo-se para terreno positivo no 4º trimestre (+8,3%).

A linha de tendência é convexa com forte variação entre os +12% e -2,5%.

A sazonalidade é fraca (peso constante, à volta dos 9% durante todo o ano) mas com picos muito acentuados nos 2ºs trimestres do ano que não consigo entender.

Num país que afirma apostar no Turismo esta parece não ser, pelo menos até agora, uma opção

minimamente conseguida.

A actividade do turismo continua a basear-se nas viagens de negócios (que decresceram em razão da redução da actividade económica).

O Estado deu algumas boas indicações de reverter a hostilidade ao sector ao tornar as entradas muito mais flexíveis. Porém, necessita de fazer muito mais e o sector precisa, urgentemente, de alterar o modelo de negócio, reduzindo as tarifas e aumentando a sua qualidade.

É necessário que o Estado promova o investimento no sector: vendendo bons terrenos do Estado a preço de mercado, em zonas com potencial turístico, para incentivar a concorrência; permitindo a cobrança de valores em divisas aos clientes e a sua posterior utilização para o desenvolvimento dos negócios; abrindo os céus do país às transportadoras aéreas; fazendo e mantendo boas estradas até aos municípios (os “ressorts” encarregam-se do acesso local e os turistas até valorizam pequenos troços de estradas rústicas); investindo em pontos de interesse bem conservados e com boas condições de visita (locais históricos, reservas ecológicas, praias mas, também, locais de diversão); e, evidentemente, uma boa limpeza geral.

Aumentar a segurança e retirar as barreiras e controlos das estradas, ligações aéreas internas e locais de visita e as incompreensíveis proibições de fotografar, de forma a que os turistas se sintam protegidos e livres, parece-me essencial: mostrar poder sobre os visitantes e, simultaneamente, falta de capacidade para os proteger é, seguramente, uma das formas mais eficazes de afastar o turismo.

O investimento na educação dos agentes policiais parece ser condição sine qua non para o desenvolvimento do sector: actuações como a recente intervenção policial nos casinos, deverão ser consideradas verdadeiros **crimes contra a actividade económica**. De nada servem os discursos sobre a diversificação se a acção caminhar em sentido inverso.

1.5.6 Restantes Sectores

Para não tornar a leitura demasiado cansativa os sectores não prioritários foram transferidos para o anexo 2.

Se o leitor pretender continuar a leitura do VAB por sectores, por favor leia o anexo 2 e, depois, continue a leitura neste ponto.

2 Esfera externa - Balança de Pagamentos (BP)

A fonte dos dados para esta análise são as publicações: “Balança de Pagamentos: 2012 – 2018” e “Posição do Investimento Internacional: 2012 - 2018” que podem ser encontradas no sítio do BNA.

2.1 Balança Corrente e de Capital

Balança de Pagamentos - Milhões de USD	Trimestres 2017				Trimestres 2018				Total 2017	Total 2018
	I	II	III	IV	I	II	III	IV		
Conta corrente	-176	-1 549	-592	1 684	2 330	1 023	2 836	1 313	-633	7 502
Balança de Bens e Serviços	1 690	649	1 264	3 738	4 152	2 929	4 902	3 522	7 341	15 505
Balança de Bens	4 738	4 334	4 562	6 516	6 394	5 659	7 074	5 833	20 150	24 960
Exportações	8 125	7 961	8 433	10 094	9 660	10 734	10 797	9 567	34 613	40 758
Importações	-3 388	-3 627	-3 871	-3 578	-3 266	-5 075	-3 724	-3 734	-14 463	-15 798
Balança de Serviços	-3 048	-3 685	-3 298	-2 778	-2 243	-2 731	-2 172	-2 310	-12 809	-9 455
Transferências de Rendimentos Primários	-1 776	-2 074	-1 641	-2 015	-1 733	-1 874	-1 999	-2 128	-7 506	-7 733
Transferências de Rendimentos Secundários	-90	-124	-215	-39	-89	-31	-67	-81	-469	-269
Conta de Capital	3	0	0	0	3	0	0	0	3	3

A **Conta Real** (Real por oposição a Conta Financeira) da Balança de Pagamentos é positiva durante todo o ano de 2018, denotando uma boa recuperação relativamente

aos anos anteriores. Globalmente representa uma entrada de fundos no valor de 7,5 mil milhões de USD o que é um montante muito significativo para qualquer país do mundo.

Este saldo positivo é conseguido graças às exportações que crescem 6 mil milhões de USD, e à Balança de Serviços, que se torna muito menos negativa (3,3 mil milhões de USD), sendo, em contrapartida, prejudicado pelo crescimento das importações (1,3 mil milhões de USD) e a estagnação das transferências (+28 milhões).

Em termos de exportações o crescimento deve-se, exclusivamente, aos preços do petróleo num quadro de redução das quantidades exportadas.

Também relativamente às aquisições de Serviços é a redução de 2,4 mil milhões de USD, em Serviços aos negócios petrolíferos, o responsável pelo grosso da redução, embora haja uma diminuição significativa (-1,3 mil milhões) nos restantes serviços adquiridos.

A estrutura das exportações é completamente monótona com o petróleo a representar mais de 96%, os diamantes 3% e ambos 99,5% das nossas exportações. Todas as variações são compensações trimestrais com reflexos de décimas no ano.

Estrutura das Importações	Trimestres 2017				Trimestres 2018				Total 2017	Total 2018
	I	II	III	IV	I	II	III	IV		
Bens de Consumo	62,0%	67,3%	67,7%	66,7%	65,4%	46,1%	61,2%	67,0%	66,0%	58,6%
Bens intermédios	11,4%	10,8%	10,6%	10,1%	9,7%	7,8%	14,4%	11,3%	10,7%	10,6%
Bens de Capital	26,5%	21,9%	21,7%	23,2%	24,9%	46,1%	24,4%	21,7%	23,3%	30,8%

A **estrutura das importações** mantém-se muito semelhante ao longo da série, apenas com

aumentos significativos dos Bens de Capital, no 2º Trimestre de 2018 e dos bens intermédios, no 3º trimestre de 2018, voltando, imediatamente, para valores “normais”, após estes picos.

As “**exportações**” de Serviços, das quais 91% são transportes e viagens, representam apenas 6% das “importações” resultando numa balança de Serviços muito desequilibrada.

Serviços adquiridos ao exterior	Total 2017	Total 2018	Cresc Val	
			Val	%
Total Serviços adquiridos			-3 707	-26,9%
Transporte	22,5%	32,9%	212	6,8%
Viagens	7,1%	5,5%	-422	-43,3%
Construção	15,2%	18,7%	-213	-10,1%
Serviços de seguros e previdência	3,8%	3,9%	-130	-24,8%
Serviços financeiros	1,7%	3,8%	142	58,8%
Outros Serviços de Negócios	38,6%	26,6%	-2 645	-49,7%
Dos quais: sector petrolífero	32,3%	20,1%	-2 434	-54,6%
Outros	11,0%	8,6%	-650	-42,9%

Os **Serviços adquiridos ao exterior** são essencialmente compostos por Transportes (33%), Serviços às Petrolíferas (20%) - cuja substituição requer capital e conhecimento difíceis de conseguir no curto prazo - e Construção (19%). De qualquer forma parece haver uma evolução positiva no sentido de reduzir estas “importações”: -30%

globalmente, muito influenciados pelos -54% dos Serviços às Petrolíferas resultantes da redução da actividade mas, ainda assim, com reduções significativas em viagens (-43%), Outros (-42%) e Seguros (-25%). Não se entende, contudo, a necessidade dos elevadíssimos valores de Serviços de

Construção (pesam tanto como os Serviços de Negócios às Petrolíferas, em 2018) que incluem uma forte componente destinada ao Estado e poderiam, pela sua exigência técnica, ser adjudicados, em grande medida, a empresas nacionais.

Balança Comercial - Bens e Serviços

A Balança Comercial é sempre positiva ao longo de toda a série e apresenta tendência geral crescente até ao 4º Trimestre de 2018. A redução no 2º Trimestre deve-se à anormal importação de bens de equipamento. Porém, no 4º Trimestre, observa-se já o efeito da redução das quantidades e preços do petróleo.

No entanto, não parece justificar-se a excessiva preocupação com as importações. O problema situa-se, sobretudo, fora da Balança Comercial, ou seja, na Balança de Transferências e, principalmente, na Balança Financeira. É nestas, como iremos ver de seguida, que residiu, em 2018, o problema do desperdício, da má gestão e do investimento sem qualquer razão e sentido.

A tendência do discurso governamental oficial aponta, nos últimos tempos, para uma solução do “problema” das importações através de uma regra totalmente contrária à economia de mercado, consubstanciada no Decreto 23/2019: a necessidade de uma “justificação” da incapacidade de abastecimento no mercado nacional para permitir a importação de bens da cesta básica.

Em primeiro lugar, basta recordar o caminho da nossa Agricultura e Pescas para se tornar evidente que, substituir as importações de produtos alimentares por produção interna equivale, pelo menos no curto prazo, a introduzir escassez e inflação nestes produtos, com fortíssimas implicações sociais.

Contudo, o problema continuará o mesmo se a produção nacional mantiver condições actuais. Uma visita a qualquer hipermercado fornece um conhecimento suficiente para se tomar uma decisão nesta matéria. Por exemplo, existe alguma capacidade de produção nacional de laranja e frango que pode ser facilmente observada nas prateleiras. A laranja de produção nacional apresenta preço geralmente inferior mas uma qualidade de conservação muito deficiente, de tal forma que, mesmo a preço mais baixo, pouca gente lhe “pega”; o frango, ao contrário, apresenta qualidade aparente idêntica mas é vendido a mais de 2.300 Kwanzas, enquanto o frango importado congelado é vendido a menos de 800 Akz por kg. Nestes 2 casos, bem simples, proibir a importação não significa que a produção nacional possa vender mais, apenas que um bem da cesta básica se transformaria num bem de luxo e que as laranjas nacionais continuariam a apodrecer nas prateleiras: em nenhum dos casos teríamos uma alteração significativa da procura enquanto as condições de produção se mantiverem. Em contrapartida, teríamos criado problemas adicionais ao comércio, que veria a sua procura de frango, como produto de amplo consumo e de laranjas importadas, como bem de luxo, desaparecer. Sobretudo teríamos criado um gravíssimo problema social ao eliminar do consumo popular a proteína que funciona como base para algum equilíbrio nutricional da maioria da população e meio de subsistência de muitas zungueiras e quitandeiras.

Não faz qualquer sentido, em economia de mercado, forçar os agentes a mudarem o seu modelo de negócio para satisfazer políticas do Estado e, muito menos, tornar as decisões de escolha dos seus

fornecedores dependentes do critério arbitrário de um qualquer funcionário público, normalmente sem competência técnica suficiente. Além de tornar as decisões arbitrárias, aumentará o potencial de pequena corrupção e tornará o sucesso dos investidores dependente da sua proximidade aos agentes do Estado. Práticas deste tipo reduzem, imediatamente o investimento da generalidade dos empresários actuais e tornam absolutamente ineficazes todos os esforços para captar novos investimentos, perpetuando o sistema de relações de produção ineficiente e distorcido que se foi desenvolvendo nos últimos 40 anos. Quem, nacional ou estrangeiro, vai colocar o seu dinheiro num negócio onde a escolha dos seus fornecedores vai ser tomada, em última instância, por um critério que não é o seu, por um funcionário do Estado sobre o qual não tem (ou não deveria ter) qualquer controlo? A resposta é evidente: apenas haverá investimento por parte dos empresários que, justificadamente ou não, acreditarem que vão controlar os agentes do Estado! É esse o modelo que pretendemos perpetuar?

Todos os agentes do comércio – zungueiras, quitandeiras, cantinas, super e hipermercados – têm um mix de produtos nacionais e importados que responde à procura, em termos de qualidade e preço, dos seus clientes e às características de compra e conservação do seu modelo de negócio. Os bens industriais nacionais, ainda que tenham forte componente importada, estão crescentemente representados no mix de oferta de todos os tipos de comércio, exactamente porque a sua relação preço qualidade corresponde à vontade dos consumidores e ao modelo de negócio dos comerciantes. Resolver o problema da agricultura não consiste em atirar com problemas adicionais para o conjunto da Nação (que é constituída pelo conjunto dos consumidores e não por meia dúzia de produtores ineficientes), depauperando, de caminho, o sector do comércio; resolver os problemas da agricultura consiste em atrair capitais para o sector, através da melhoria das vias, do desenvolvimento dos mercados rurais, da liberdade de circulação e do acesso à terra.

Ao contrário desta actuação “atípica”, tem sido regra com êxito comprovado, a prática flexível e controlada das taxas aduaneiras para defesa da produção nacional: a indústria de bebidas é, entre nós, um bom exemplo. Parece haver um terrível medo da OMC⁸ relativamente às taxas quando, dentro de limites aceitáveis, a prática tem sido, sempre, de aceitação. A variação das taxas de importação, até a um valor que represente a diferença máxima de produtividades que pode ser justificável proteger (diria 25%) com ajuste, pelo menos anual e tendência crescente quando o sector atinge uma fase de razoável crescimento e decrescente quando se atinge um nível tal que a continuidade das taxas elevadas apenas promove ineficiências e preços altos, parece-me coadunar-se perfeitamente com as práticas da OMC.

Isto não é, de todo, incompatível com a integração, aceitando-se uma redução, para os países da região, mais rápida do que para o resto do mundo, sem esquecer que a indústria sul-africana é demasiado poderosa e demasiado próxima para aconselhar uma completa anulação de taxas a curto prazo.

Este é o procedimento típico em todas as economias do mundo: estudado, teorizado, alvo da mais variada investigação. É tempo de, definitivamente, nos deixarmos de experimentalismos, de “atipicidades” cujas consequências e alcance ninguém conhece e que, muito provavelmente, resultarão em mais uma perda enorme de recursos, de confiança e de esforços de pessoas bem

8 Organização Mundial do Comércio (WTO em inglês)

intencionadas que, infelizmente, se vem repetindo sem aparente capacidade de aprendermos com os erros.

A Balança de Transferências demonstra eloquentemente a nula confiança dos agentes na moeda e na economia do País. Na verdade, nem os emigrantes angolanos, nem os investidores privados no estrangeiro transferem os seus rendimentos (salários e lucros) para o país, enquanto os estrangeiros procuram activamente a exportação dos seus salários e lucros e os nacionais das suas poupanças, através de viagens, apoio familiar, etc. Medidas de reforço da confiança dos nossos emigrantes e investidores externos passam, necessariamente, por tornar rentáveis os investimentos de tipo monetário no país, sem o que não será possível captar as suas remessas.

Comparando a posição do total do Investimento estrangeiro em Angola (passivos de todas as naturezas – estatal e privado, directo, de carteira, etc) no final do período com os Juros e Lucros exportados no período e a posição do Investimento total angolano no exterior (incluindo investimento de reservas) com os Lucros e Juros transferidos para o país, obtemos o seguinte quadro:

	2017	2018
Passivos Financeiros - Investimento estrangeiro	81 509	78 880
Lucros e Juros	7 235	7 698
Rendimento transferido (% do investimento)	8,9%	9,8%
Activos Financeiros - Investimento angolano	45 118	45 556
Lucros e Juros	239	448
Rendimento transferido (% do investimento)	0,5%	1,0%

Em média foram exportados, nos últimos 2 anos, Rendimentos correspondentes, respectivamente a 9% e 10% dos stocks de investimento, representando elevadas rentabilidades. Seria útil detalhar a rentabilidade (exportada ou não) por tipo de investimento mas não encontrei (poderá ser que existam) dados suficientes para o fazer.

Em contrapartida, os rendimentos repatriados são ridiculamente baixos como resultado, não apenas de maus investimentos mas, sobretudo, da falta de confiança dos investidores para os repatriar.

2.2 Conta Financeira, Reservas, e discrepâncias

Para análise mais detalhada das Reservas separei-as do resto da Conta Financeira.

Na análise da Conta Financeira deparei-me com a necessidade de confrontar os fluxos externos (Balança de Pagamentos) com a posição do Investimento externo, tendo observado algumas incorrecções e dados estranhos. Tendo optado por evidenciá-los, tive de abandonar a análise trimestral para o quadro manter alguma leitura.

Posição do Investimentos Financeiros	Pos 2016	BOP 17	Pos 2017	Ganho Perda	%	BOP 18	Pos 2018	Ganho Perda	%	Correc 18
Activos	31 023	-4 091	26 890	-42	-0.1%	2 749	29 386	-253	-0.9%	
Investimento Directo	4 313	1 352	6 023	358	6.9%	3	5 130	-897	-16.1%	
Empréstimos	2 260	-257	2 003	0	0.0%	-1 869	134	0	0.0%	-1 883
Carteira	2 150	9	1 911	-249	-12.2%	-153	2 402	644	29.8%	
Derivados	78	-78	0	0	0.0%	0	0	0	0.0%	0
Moeda e Depósitos	18 393	-5 618	12 622	-152	-1.0%	4 208	16 831	0	0.0%	1 883
Crédito comercial	3 813	505	4 318	0	0.0%	561	4 879	0	0.0%	
Outras contas a pagar	17	-4	13	0	0.0%	-1	11	0	0.0%	
Passivos - Investimento estrangeiro em Angola	81 871	-8 349	81 509	-7 987	-9.8%	-3 910	78 880	1 281	1.6%	
Investimento Directo	29 184	-7 397	29 436	-7 649	-26.1%	-5 732	23 704	0	0.0%	
Empréstimos	48 991	-318	49 050	-377	-0.8%	3 417	53 405	937	1.8%	3 500
Carteira	0	0	0	0	0.0%	0	0	0	0.0%	-3 500
Derivados	0	0	0	0	0.0%	0	0	0	0.0%	
Moeda e Depósitos	1 291	-26	1 317	0	0.0%	-26	1 291	0	0.0%	
Crédito comercial	1 624	-731	894	0	0.0%	-918	0	24	5.4%	
Outras contas a pagar	781	70	812	39	4.9%	-651	481	319	49.4%	

As células “pintadas” a amarelo foram corrigidas pelas razões que serão explicadas posteriormente.

As colunas com o Título “Pos” representam a posição do investimento no final do ano indicado. As colunas BP (Balança de Pagamentos) indicam os fluxos do ano. A posição do ano anterior mais os fluxos deveria dar a posição no final do ano menos os ganhos (ou perdas) resultantes da valorização (ou desvalorização) dos activos ou de erros.

A soma “Activos” representa a aquisição de activos estrangeiros por parte de angolanos⁹. O aumento de activos representa uma saída de fundos do País porque temos que os pagar; o aumento de passivos representa uma entrada de fundos no país porque representam direitos sobre angolanos, detidos por estrangeiros, pelos quais nos foram pagos determinados valores. Portanto, os fluxos positivos nos Activos e os fluxos negativos nos Passivos são saídas de fundos; os fluxos negativos nos Activos e positivos nos Passivos são entradas de fundos.

A Conta Financeira é constantemente negativa (saídas de fundos), retirando montantes elevadíssimos ao País (6,6 mil milhões de USD em 2018), ou seja, mais do que a importação de bens de investimento e 72% das importações de bens de Consumo.

Investimento Angolano no Exterior (aquisição de Activos)

Investimento directo: em 2017, manteve-se a saída de capitais para investimentos no exterior no valor de 1,3 mil milhões de USD; em 2018 este fluxo é praticamente nulo, sendo o valor do seu stock, em final de 2018, de 5,1 mil milhões de USD. Quer a valorização em 2017 (358 milhões = 7%) quer a desvalorização em 2018 (quase 900 milhões = -16%) me parecem resultar de erros que convinha esclarecer. Muito provavelmente, em 2018, o fluxo terá sido de desinvestimento mas os fundos podem não ter entrado no País, não se detectando o movimento na BP.

Empréstimos: Entre a posição no início de 2018 mais os fluxos e a posição no final de 2018, existia a mesma exacta diferença (1.833 milhões de USD) mas com sentido contrário, entre Empréstimos, de um lado, e Moeda e Depósitos, de outro. Optei por considerar que as posições, no final de 2018, estavam correctas, tendo corrigido os fluxos. Portanto, “desfizemo-nos” (foram liquidados ou vendidos a terceiros) dos empréstimos concedidos ao exterior (ficaram 134 milhões) convertendo os restantes 1,8 mil milhões em moeda que, contudo, ficou depositada no estrangeiro.

Moeda e Depósitos: Para além dos 1,8 mil milhões anteriores, foram transferidos mais 2,3 mil milhões para contas de Angolanos no exterior, existindo, no final de 2018, mais de 16,8 mil milhões de USD em depósitos no exterior. **Afinal estamos a repatriar ou a expatriar capitais?!?!**

Investimento em Carteira e Derivados: o investimento de carteira, no final de 2018, representava 2,4 mil milhões de USD tendo um ligeiro fluxo negativo - entrada de fundos de 153 milhões - em 2018. A desvalorização de 12%, em 2017, parece exagerada e a valorização (644 milhões), em 2018, só pode ser resultante de um erro, tendo em conta a deterioração dos mercados financeiros em todo o mundo. Provavelmente terá havido um fluxo positivo, representando uma saída adicional de capitais de cerca de 500 milhões de USD. O investimento em derivados foi liquidado em 2017.

⁹ Na verdade não-residentes (estrangeiros) e residentes (angolanos). Por exemplo, uma empresa de direito angolano, detida por estrangeiros, é considerada um “angolano” por ser residente fiscal em Angola; o mesmo se aplica a todos os residentes fiscais individuais.

Crédito Comercial concedido: o fluxo é próximo de 560 milhões de USD, em 2018, representando o seu stock, cerca de 4,8 mil milhões, no final do ano.

A rubrica Outras contas a receber é residual e sem importância para a análise.

O total de investimento angolano no exterior (sem reservas) era de 29 mil milhões, em finais de 2018, tendo havido um fluxo global de capitais (excluindo reservas) para o exterior no valor de 2,7 mil milhões o que contraria, frontalmente, a tese de repatriamento.

Investimento estrangeiro em Angola:

Investimento Directo: em 2017, os dados são totalmente contraditórios, havendo uma virtual manutenção do stock de investimento mas com um fluxo absurdamente negativo de 7,4 mil milhões de usd. **Se este fluxo negativo não existiu para onde foi, então, o dinheiro? São 7,4 mil milhões, correspondendo a 6 meses de importações de 2018! Se existiu, como se justifica a manutenção do stock? O capital saiu e continuou o mesmo? Não num montante insignificante mas em 7,5 mil milhões de USD!**

Em 2018, esta rubrica apresenta um fluxo de desinvestimento no valor 5,7 mil milhões de USD, mostrando se continua a assistir a uma forte saída de capitais estrangeiros de Angola.

No detalhe dos fluxos de investimento, observa-se que, de 2012 a 2018, 99,9% do nosso investimento no exterior (3,5 mil milhões) e 92% do desinvestimento exterior em Angola (-8,2 mil milhões) pertencem ao sector petrolífero. Nas relações externas o peso do petróleo é absolutamente avassalador.

Empréstimos: Corrigi os saldos e fluxos correspondentes aos empréstimos titulados (Eurobonds, etc), retirando-os de Investimento Externo de Carteira para Empréstimos. Se, do ponto de vista dos compradores, a natureza da operação poderá, eventualmente, ser um Investimento de Carteira, do ponto de vista de Angola, que é o que deve estar reflectido na Balança de Pagamentos e Posição do Investimento, tratam-se de empréstimos, sem qualquer sombra de dúvida. Consequentemente, os saldos e fluxos devem constar da rubrica Empréstimos e não Investimentos de Carteira.

O fluxo, em 2017, é negativo, demonstrando a incapacidade do anterior governo de continuar a financiar-se no exterior; em 2018, o fluxo é positivo, no valor de cerca de 3,5 mil milhões. Este aumento da dívida foi usado para financiar, parcialmente, a continuação de aquisição de activos no exterior e o desinvestimento estrangeiro no País o que reforça a ideia de que o problema radicou nos fluxos financeiros e não na Balança Comercial.

Moeda e Depósitos: esta rubrica não apresenta variações no conjunto dos 2 anos.

Crédito Comercial: o crédito comercial concedido por empresas estrangeiras a angolanos reduziu-se, sucessivamente, em 2017 e 2018 (918 milhões). Embora se trate de uma saída de fundos do país ela corresponde ao pagamento da nossa dívida comercial que tinha que ser feito sob pena do país perder a credibilidade. O stock de dívida comercial ao exterior é nulo, em final de 2018, o que é

muito estranho para a natureza desta conta. O normal funcionamento de uma economia determina que existam créditos comerciais qualquer que seja o momento em que se efectue a contabilização.

Outras contas (incluí aqui os direitos especiais de saque): há um fluxo de saída de fundos de cerca de 650 milhões com uma valorização de 319 milhões pelo que o fluxo deve ter sido negativo mas, apenas, na ordem dos 330 milhões. O Stock de dívida a pagar era, no final de 2018, de 480 milhões de USD.

Reservas Brutas: Embora sendo Activos, os fluxos de reservas representariam, se não houvesse Erros e Omissões, o saldo de todas as restantes operações com o exterior: se comprássemos (ou investíssemos) mais do que vendéssemos (ou o estrangeiro investisse em nós) teríamos que pagar a diferença usando as reservas existentes; as reservas são, portanto, os activos com que nos pagaram o que vendemos mais do que comprámos e vice-versa. Consequentemente, os fluxos de reservas têm natureza contrária aos restantes activos: os positivos representam entradas de fundos e os negativos saídas.

Balança de Pagamentos - Milhões de USD	Total 2017	Total 2018
Conta corrente	-633	7 502
Balança Financeira (+recebido; -concedido)	-4 258	-6 659
Investimentos Financeiros	5 713	-4 081
Carteira e Derivados	69	153
Moeda e Depósitos	5 644	-4 234
Outras contas	-1 162	-2 128
Empréstimos	-61	5 286
IDE	-8 749	-5 736
Reservas Brutas	-5 007	-942
Discrepâncias	-118	-1 788

Em resumo: a Conta corrente é ligeiramente negativa, em 2017, sendo a redução de Reservas (-5 mil milhões) “explicada” pelo saldo negativo da Conta Financeira (-4,2 mil milhões) resultante do fluxo positivo de Depósitos que, compensa parcialmente, um IDE muito negativo e o saldo das Outras Contas a receber / pagar. **Como o stock de IDE em Angola não sofreu alteração, o valor de**

-7,4 mil milhões de desinvestimento não tem explicação ficando por se saber para onde foram as reservas que lhe correspondem.

Em 2018, a Conta Corrente é altamente positiva (7,5 mil milhões) apenas para financiar uma conta financeira extremamente negativa (6,6 mil milhões), resultante de um aumento dos Depósitos no exterior de 4 mil milhões, do desinvestimento externo de 5,7 mil milhões e do fluxo negativo das Outras Contas (2,1 mil milhões), totalizando 11,8 mil milhões, compensado, parcialmente, pelo fluxo positivo dos empréstimos (5,3 mil milhões). As Reservas Brutas deveriam ter crescido cerca de 850 milhões quando, ao contrário, tiveram uma redução de 950 milhões, havendo, consequentemente, cerca de 1,8 mil milhões de discrepâncias.

Note-se que este nível de discrepâncias é comum em todo o mundo mas, no nosso nível de penúria de divisas, seria importante explicar a razão desta inversão de saldos.

Posição do Investimentos Financeiros (Milhões de USD)	Pos 2016	BOP 17	Pos 2017	Ganho Perda	%	BOP 18	Pos 2018	Ganho Perda	%	Correc 18
Activos de Reserva	24 353	-5 007	18 228	-1 118	-5,2%	-942	16 170	-1 115	-6,5%	

Para além desta redução contabilizada das Reservas

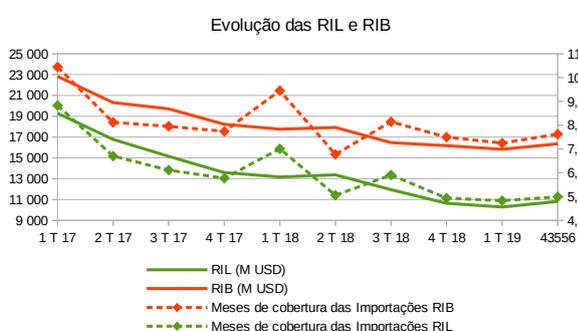
brutas, assistiu-se a uma desvalorização dos activos que as constituíam. Esta desvalorização, de 1,1 mil milhões em cada ano, parece excessiva mesmo considerando o mau comportamento dos mercados financeiros, tendo em conta a sua composição.

De acordo com o BNA, em 2017, cerca de 1,9 mil milhões de perda ocorreram na rubrica de Moeda

e Depósitos, ou seja, activos do BNA em moeda estrangeira: gostaria de saber em que moeda estiveram denominados os depósitos do BNA para se desvalorizarem 20%! Em 2018, são as Participações de Capital e Fundos de Investimento que desvalorizam 23%! Em que mercados e em que activos foram feitos os nossos investimentos?

Evidentemente que estes valores contêm erros que é necessário explicar. Tratam-se, no conjunto dos 2 anos, de 2,4 mil milhões de USD, em divisas, a que perdemos o rasto por erro ou por inépcia de gestão, ou ambos.

Entretanto, há que sublinhar a alteração positiva da estrutura das reservas, em 2018, descendo as Participações de Capital, mais voláteis, de 4,2 mil milhões para 877 milhões e subindo os títulos de dívida, menos arriscados do que as Participações, de 5,8 mil milhões para 7,4 mil milhões.



Em 2018, o valor do stock das reservas brutas varia, 2.057 milhões de USD, 942 milhões em resultado das transacções e 1.115 em resultado de má gestão ou controlo que é necessário não repetir. Admite-se que se tenha encontrado uma situação muito complexa mas devia ter-se feito melhor e, sobretudo, não há qualquer justificação para que se volte a repetir.

A tendência é de estabilização à volta do 17 mil milhões de USD a partir do 4º Trimestre de 2018.

No início do ano de 2018, as Reservas Brutas davam uma cobertura de 7,7 meses de importações tendo baixado para 7,5 meses no final do ano. Considerando os níveis de importação do 4º Trimestre de 2018 a cobertura das importações pelas RIB decresce em Março para 7,2 e sobe em Abril para 7,6 o que mostra uma certa estabilização à volta de 7,5 meses (dependendo também do nível real das importações nestes períodos que é, por enquanto, desconhecido).

As RIL (RIB menos Passivos relacionados com Reservas) decrescem muito significativamente até ao 4º Trimestre de 2018 mas mantêm a tendência de descida, embora mais ligeira, no 1º Trimestre de 2019. O nível de cobertura das importações pelas RIL desce até aos 5 meses, no 2º Trimestre de 2018 e estabiliza neste nível a partir do 4º Trimestre de 2018, após uma efémera subida no 3º Trimestre.

A variação dos Passivos Relacionados com Reservas (PRR) deve-se principalmente aos movimentos dos empréstimos com acordos de recompra (REPO), que passaram a ser considerados nesta rubrica, em 2016. Os PRR passam de 4,6 mil milhões para 5,5 mil milhões (o que reduz as Reservas Líquidas em cerca de 900 milhões), sendo 4 mil milhões referentes a empréstimos REPO de Longo Prazo (reduzem 500 milhões), +500 mil milhões referentes ao empréstimo REPO de Curto Prazo negociado nesse ano (anulando-se mutuamente) e 994 referentes ao empréstimo do FMI recebido no final do ano.

Parece haver demasiada preocupação em falar de tudo menos dos movimentos financeiros que são, em geral, pouco transparentes, cuja lógica parece ser muito própria e que representam elevadíssimas saídas de fundos que condicionam de forma muito significativa a capacidade negocial e as reservas do país.

3 Políticas Governamentais

3.1 Ambiente de Negócios

Doing Business	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Index	40,63	42,88	41,66	37,46	39,64	38,41	41,49	43,86
Ranking	172	172	180	183	181	182	175	173

De uma forma geral, relativamente ao indicador

Doing Business do Banco Mundial, regredimos entre 2014 e 2017, recuperámos em 2018 e, finalmente, evoluímos, em 2019. Embora nos mantenhemos no final da tabela, temos aqui algo de positivo!

Das 167 mil empresas algumas vez criadas até 2017 (não existem, ainda, dados de 2018), apenas 51 mil tinham, alguma vez, iniciado a actividade (30%). Apesar do número ridiculamente pequeno de empresas, entre a criação e o início da actividade, 70% dos empresários tinha sucumbido, afundados num pântano de burocracia, autorizações de todos os tipos e actuações intimidatórias de agentes inescrupulosos.

O estabelecimento de um conjunto de regras simplificadas e estáveis representa a base de toda a economia de mercado. Sem esta base não existe tecido empresarial suficiente para promover a produção e o emprego. A alternativa é a economia planificada. Soluções intermédias e atípicas, pura e simplesmente, não funcionam. É este, na minha opinião, o principal problema da nossa economia!

A intromissão do Estado, através de regras administrativas, interpretadas de forma discriminatória pelos seus agentes, promove a corrupção e é o principal factor de repulsão dos investimentos.

Eliminar estas práticas, afecta, evidentemente, interesses estabelecidos muito fortes o que exige vontade e capacidade políticas. A sua implementação constitui o verdadeiro teste para a capacidade do Governo.

Os agentes económicos não podem ver-se confrontados com um conjunto de regras confuso, disperso, de difícil acesso e compreensão e muitas vezes totalmente desajustado ao nível de desenvolvimento da economia. O resultado deste estado de coisas é que, muitas regras caem em desuso e não são, de todo, aplicadas, o que, em si, é um mau princípio, porque permite acções discriminatórias, intimidatórias e mesmo de extorsão pelos agentes da autoridade menos escrupulosos; mas não é tudo: de vez em quando, alguma autoridade lembra-se de ressuscitar uma regra e é o pânico total entre os agentes económicos.

Definir o conjunto de regras simplificado e exequível e deixá-lo vigorar por décadas, com apenas pequenas melhorias contínuas, parece ser uma urgente prioridade. Claro que para aqueles que defendem que devemos ter regras ainda mais exigentes do que a Europa ou dos EUA isto representará um enorme retrocesso mas decerto que dará segurança aos investimentos; e,

seguramente, irá reduzir os exércitos de fiscais que aparecem nas empresas e terminam as suas visitas com o tradicional pedido de pagamento da “deslocação”, que, no fundo, é a motivação por detrás da manutenção do intrincado e intimidante sistema de normas.

Também não se pode alterar constantemente o sentidos das políticas: caminha-se para uma taxa de câmbio de mercado e depois, assustados com a inflação, começa a falar-se de retorno à taxa fixa; faz-se uma pauta aduaneira onde se reduzem as taxas de importação da cesta básica e depois, o Decreto 23/2019, introduz-se uma regra absurda e totalmente contrária ao mercado condicionando administrativamente a sua importação; fala-se em integração e proíbe-se a importação. Este vai-vem de políticas, algumas de um experimentalismo preocupante; estas actuações erráticas de consequências imprevisíveis, têm que dar lugar a políticas de constância para que se atraia investimento: com zig-zags e medidas atípicas a produção nacional continuará descendente. O quadro e estratégia de actuação têm de ser perfeitamente claros, tornando a estabilidade, num horizonte de décadas, um objectivo estratégico fundamental, se se pretende, realmente, atrair capital, nacional ou estrangeiro.

As operações Transparência e Resgate parecem ter sido desenhadas com o objectivo de forçar o cumprimento da lei, o que é positivo. Contudo, ambas se abateram sobre pequenos negócios nacionais e estrangeiros que, mesmo contendo irregularidades, tinham algumas virtudes. Estas actuações têm que ser ponderadas e os seus efeitos económicos estudados. Por melhores intenções com que se apresentem, as acções devem evitar reduzir rendimentos da população, diminuindo ainda mais a procura, destruir negócios criadores de valor e destruir capital. É possível prosseguir os objectivos destas duas operações de forma muito mais eficaz, se a tónica for colocada na eliminação das irregularidades, mantendo e promovendo os negócios. É urgente repensar estas operações que estão a fornecer sinais muito negativos ao mercado, afastando o pequeno investimento nacional e africano.

O capital deve acumular-se para poder ter alguma capacidade de investimento. Acções com vista à agregação de capitais e, sobretudo, ao reinvestimento dos lucros, devem ser fortemente incentivadas pelo Estado, o que continua por se verificar, pelo menos com a intensidade suficiente.

Um dos principais entraves ao crédito, à acumulação de capital e à capacidade de forçar o cumprimento dos contratos reside na forma obsoleta da propriedade fundiária e na sua falta de registo. Consistindo a maioria do capital existente no País em activos imobiliários, a falta do seu registo e de transparência dos direitos de propriedade impedem as garantias necessárias aos empréstimos e a execução de decisões judiciais que representam, ambas, fortes entraves ao ambiente de negócios. **A transformação das relações de propriedade e o seu registo, especialmente da propriedade fundiária, para que possam funcionar como capital, deveriam representar, conseqüentemente, uma importante prioridade do Estado.**

3.2 Política Monetária

3.2.1 Política cambial

Os dados desta secção foram retirados do ficheiro “Taxas de câmbio”, de Junho de 2019, que pode

ser encontrado no sítio do BNA.

O ano de 2018 trouxe o fim da política de taxa fixa que se manteve durante aproximadamente um ano e meio.

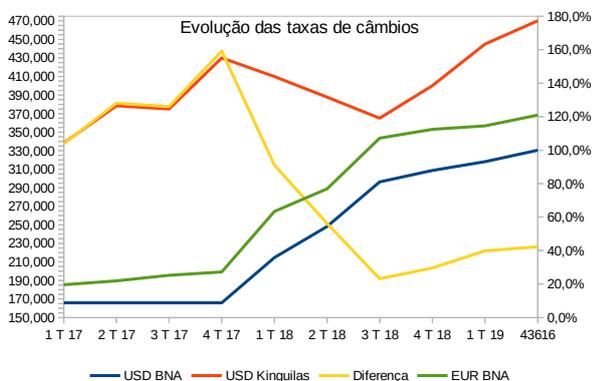
O Euro começou a valorizar-se, ainda em 2017, mas as consequências foram limitadas, devido à forte dolarização das transacções e do sistema financeiro.

	1 T 17	2 T 17	3 T 17	4 T 17	1 T 18	2 T 18	3 T 18	4 T 18	1 T 19	mai-19
USD BNA	165,912	165,918	165,922	165,924	214,558	248,267	296,373	308,607	318,121	330,454
USD Kinguilas	338,333	378,333	375,000	430,000	410,000	387,715	365,000	400,000	445,000	470,000
Diferença	103,9%	128,0%	126,0%	159,2%	91,1%	56,2%	23,2%	29,6%	39,9%	42,2%
EUR BNA	185,385	189,586	195,631	199,130	264,440	288,872	343,571	353,015	356,788	368,422

O dólar manteve-se constante, ao longo de 2017 (taxa fixa), começando a

valorizar, fortemente, em 2018.

A política de taxa fixa teve graves consequências na competitividade da produção nacional, na disponibilidade de divisas e na redução das Reservas Internacionais Líquidas (RIL); o fim da taxa fixa trouxe uma desvalorização repentina e dramática, com consequências negativas na rentabilidade dos negócios, positivas no equilíbrio das disponibilidades de divisas mas sem efeitos positivos nas RIL, devido aos problemas na balança financeira e à má gestão dos activos de reserva, como vimos acima.



A diferença entre a cotação oficial do USD e o mercado paralelo (linha amarela – escala da direita) atingiu o seu máximo no final de 2017 (159%). Com a valorização do USD no mercado oficial (86%) e a sua queda no mercado paralelo, a diferença reduziu-se para um mínimo de 23% no final do 3º Trimestre.

Sendo causa ou mera coincidência, com a Operação Transparência, de que resultou a expulsão de mais de 200.000 estrangeiros na Lunda Norte, o USD começa a escassear no mercado paralelo, elevando

fortemente a sua cotação que atinge, em finais de Maio de 2019, os 470 kwanzas (muito acima dos 410 do final de 2017), alargando a diferença de 23% para 42%, em apenas 8 meses.

Em contrapartida, a desvalorização oficial das principais divisas abranda a partir do 3º trimestre seguindo uma linha de tendência homogénea à volta dos 4% por trimestre.

A tendência parece ser para a estabilização das cotações no mercado oficial, acompanhando a depressão da economia nacional e de deterioração do câmbio no mercado informal. Aparentemente, no mercado oficial, o BNA optou por uma política de deslizamento suave do Kwanza, evitando tensões inflacionistas, aproveitando a escassez de moeda nacional nos negócios formais e usando alguma redução das Reservas para “defender” a moeda nacional.

No mercado informal, a razão da tendência de deterioração acentuada do Kwanza continua a escapar-me. Certo que o fluxo de USD através da Lunda Norte decresceu fortemente mas a

manutenção da tendência não é compatível com esta explicação que deveria ter resultado numa desvalorização brusca seguida de estagnação ou mesmo valorização ligeira. Aparentemente o fluxo de Kwanzas para conversão por USD no mercado informal está a acelerar, não sendo clara, para mim, a razão deste comportamento. Alguns pequenos operadores queixam-se da dificuldade de acesso a divisas através da banca, onde prevalecem fortes constrangimentos burocráticos e administrativos que as pequenas empresas não têm conseguido superar, voltando-se, por isso, de novo para o mercado informal, onde a procura aumenta. Poderá ser esta uma tendência com significado e duradoura?

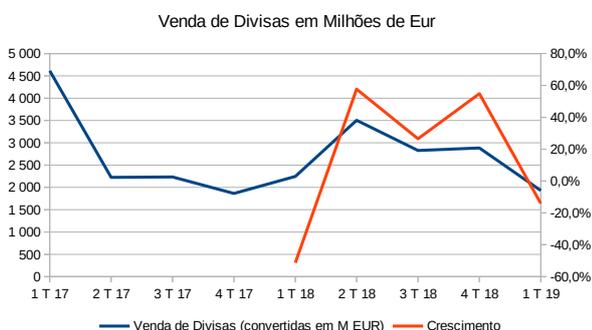
É importante uma referência breve às consequências das políticas cambiais do BNA nos últimos anos.

A política de taxa fixa teve o efeito de um subsídio às importações deixando a indústria nacional sem qualquer capacidade de competir. Imaginemos que um produto custe, no mercado internacional 1 USD e que a taxa de conversão, em finais de 2018, corresponda à taxa de mercado. Em finais de 2017, esse produto, quando importado, apresentar-se-ia nas prateleiras dos supermercados a 167 kwanzas; o produto nacional, apresentar-se-ia a 309 Kwanzas. Quem poderia “pegar” no produto nacional com uma tal diferença de preços? No final de 2018, o produto nacional e o importado apresentar-se-iam, ambos, a 309 Kwanzas. A política de taxa fixa significou, realmente, um forte subsídio às importações!

A política de taxa variável devolve a competitividade à economia, não sem 2 efeitos colaterais importantes. Um deles é a inflação que se tornou evidente no exemplo anterior: o consumidor passou a ter o produto disponível, não a 167 mas sim a 309 kwanzas, arruinando a economia familiar.

A actividade económica nacional continua a depender fortemente das importações, por escassez de produção nacional. O modelo da maior parte dos negócios formais estava assente, como é natural, na política de importações baratas promovida pelo Estado. A recessão dos últimos 3 anos (que é muito mais prolongada e acentuada se usarmos o PIB nominal deflacionado – prometo uma análise detalhada com a próxima apresentação do PIB nominal pelo INE) originou uma redução dramática nos rendimentos que actuou no sentido da manutenção dos preços no mercado nacional. Assim, assistimos, em 2018, a uma inflação de 18% num quadro de desvalorização do Kwanza de 86%. Assumindo uma taxa de lucro média de 20% e uma componente importada de 25%, ambos sobre as vendas, teríamos, num negócio típico, para 100 kwanzas de venda, 25 importados, 55 de produção nacional e 20 de lucro. Crescendo a componente importada 86%, a nacional 18% e o preço de venda 18%, teríamos: 46,5 (importada) + 65 (nacional) + 6,6 (lucro) = 118, ou seja, a inflação teria sido menos grave do que se adivinhava no exemplo anterior mas o lucro ver-se-ia reduzido de 20 para 6,6. Esta redução dos lucros originou, nos negócios mais frágeis, incapacidade de satisfação dos compromissos que resultou em encerramentos e falências, aumento da procura de crédito para tesouraria (isto é, aumento do crédito sem investimento) e desemprego. Este efeito deve ser compreendido e adequadamente compensado pelo conjunto de políticas do Estado o que não parece estar a acontecer.

Venda de divisas



A política de taxa variável, acompanhada de outras medidas de política monetária e da redução do consumo, conduziram ao ajuste da oferta e procura de divisas, no mercado formal, sem um aumento significativo das quantidades transaccionadas (fonte: BNA, ficheiro “Venda de Divisas” - sítio do BNA – Jun19).

Excluindo o 1º Trimestre de 2017, que é completamente atípico, o caminho da disponibilidade de divisas parece bastante estável, coincidindo o 2º trimestre com o prazo para a “limpeza” de pagamentos de atrasados ao estrangeiro, fixado pelo BNA.

De qualquer forma assiste-se a um aumento constante e gradual das vendas de divisas que crescem quase 30% entre o 2º Trimestre de 2017 e o 3º Trimestre de 2018. Este período corresponde a uma maior disponibilidade de divisas devido ao preço do petróleo, do lado da oferta, e ao empolar transitório da Procura resultante do pagamento de atrasados. O declínio posterior parece dever-se em grande parte à redução da Procura resultante da redução dos stocks de kwanzas do lado das empresas.

3.2.2 Agregados Monetários

A trajetória dos agregados monetários mostra a decomposição da Oferta Monetária que tem enorme importância na Inflação.

Em períodos de estabilidade e em presença dum sistema financeiro desenvolvido, a Oferta Monetária, que é preponderante para a inflação, pode ser controlada pelas autoridades monetárias, através da Base Monetária. Mesmo nas nossas circunstâncias este agregado (Moeda Física fora do BNA mais Reservas) tem alguma influência sobre esta variável, embora possam existir outros factores.

A trajetória da Base Monetária é estável, na faixa dos 1.400 a 1.500 mil milhões de Kwanzas até ao 4º Trimestre de 2017; depois “salta” para a faixa dos 1.600, durante 2 trimestres e volta a reduzir-se para 1.500 e 1450 nos 2º e 3º Trimestres de 2018, para alcançar os 1.700 no 4º Trimestre.

Esta evolução corresponde, primeiro, no 4º Trimestre de 2017, à alteração da política de Reservas e cativos, na Reunião do Comité de Política Monetária de 30/Nov, onde foi removida a necessidade de constituição de cativos em moeda nacional referentes aos pedidos de pagamento em moeda estrangeira, reduzido o coeficiente de constituição de Reservas Obrigatórias de 30% para 21%, passando, em contrapartida, a ser exclusivamente aceites para dedução às Reservas, 80% do crédito ao Sector Agrícola. Como consequência, as reservas Obrigatórias aumentaram 68% (362 mil milhões) e as Reservas Excedentárias reduziram-se 255 mil milhões (incluindo 178 mil milhões de cativos).

O segundo movimento, no 2º Trimestre de 2018, corresponde a uma redução ligeira em todos os

componentes, talvez por influência da redução do coeficiente de Reservas Obrigatórias, na Reunião do Comité de Política Monetária de 24 de Maio, de 21% para 19%.

Na reunião de 17 de Julho, o Comité de Política Monetária volta a reduzir as Reservas de 19% para 17%, do que resulta uma redução das Reservas Obrigatórias em 142 mil milhões, no 3º Trimestre, parcialmente compensada pelo aumento das Reservas Excedentárias.

No 4º Trimestre, a Base Monetária aumentou 250 mil milhões, sendo 82 em moeda física e 168 em Reservas, dos quais 127 em Reservas Obrigatórias. No que respeita às Reservas, o principal motor deste aumento foi o crescimento das Reservas em Moeda Estrangeira que, no conjunto do ano, cresceram quase 242 mil milhões, como resultado do aumento dos rendimentos petrolíferos, contra uma redução de 126 mil milhões nas Reservas em Moeda Nacional.

Em resumo, houve uma política activa de redução da Base Monetária usando os coeficientes de Reservas; contudo, o crescimento dos rendimentos petrolíferos mais do que compensaram esta redução. Todavia, como para efeitos de inflação, o que conta é a redução em moeda nacional, assistiu-se a uma redução efectiva da base monetária da inflação na ordem dos 155 mil milhões (9,6%).

Agregados Monetários	1 T 17	2 T 17	3 T 17	4 T 17	1 T 18	2 T 18	3 T 18	4 T 18
M1	3 617	3 663	3 756	3 732	3 874	3 808	3 869	4 099
Moeda Física	341	330	329	419	364	322	308	371
Depósitos transferíveis	3 276	3 333	3 427	3 314	3 510	3 487	3 561	3 728
Em Kwanzas	2 439	2 463	2 532	2 404	2 435	2 411	2 257	2 422
Em Moeda Estrangeira	837	870	895	909	1 074	1 076	1 304	1 306
M2= (M1 + Outros Depósitos)	6 264	6 358	6 392	6 518	6 986	7 322	7 691	8 102
Outros Depósitos	2 647	2 694	2 636	2 786	3 113	3 514	3 823	4 003
Em Kwanzas	1 517	1 566	1 525	1 696	1 671	1 709	1 721	1 704
Em Moeda Estrangeira	1 130	1 128	1 111	1 090	1 441	1 805	2 102	2 299
M3=(M2+Outros instrumentos)	6 267	6 361	6 396	6 522	6 991	7 327	7 697	8 111
Outros instrumentos equiparáveis a Dep	3	3	5	4	4	5	5	9
Total de Depósitos	5 923	6 028	6 063	6 099	6 622	7 001	7 383	7 731
Total de Depósitos em Moeda Estrangeira	1 970	2 002	2 011	2 003	2 520	2 886	3 411	3 609
Dep. Moeda Estrang/ Total Dep.	33%	33%	33%	33%	38%	41%	46%	47%
Base Monetária	1 445	1 499	1 420	1 618	1 628	1 526	1 456	1 706

A Moeda Física fora do sistema bancário tem-se mantido praticamente inalterada; de outro lado, os instrumentos financeiros de carácter monetário (instrumentos equiparáveis a depósitos) não têm qualquer expressão. Resta, portanto, analisar os Depósitos Transferíveis (que somados à Moeda

Física constituem o M1) e os Depósitos Não Transferíveis que, somados ao M1 constituem o M2.

Os Depósitos transferíveis mantêm-se praticamente inalterados em 2017, aumentam significativamente no 1º Trimestre de 2018 e mantêm-se no patamar dos 3,5 biliões até ao 4º Trimestre, quando voltam a subir significativamente para os 3,7 biliões. Estes movimentos são compostos, no 3º Trimestre, pela redução dos depósitos em Kwanzas de 2,4 para 2,2 biliões mais que compensada pela subida dos depósitos em Moeda Estrangeira; no 4º Trimestre o aumento deve-se quase exclusivamente aos depósitos em Kwanzas que voltam ao patamar dos 2,4 biliões. No conjunto dos 2 trimestres, os depósitos em kwanzas mantêm-se e os depósitos em divisas aumentam 230 mil milhões.

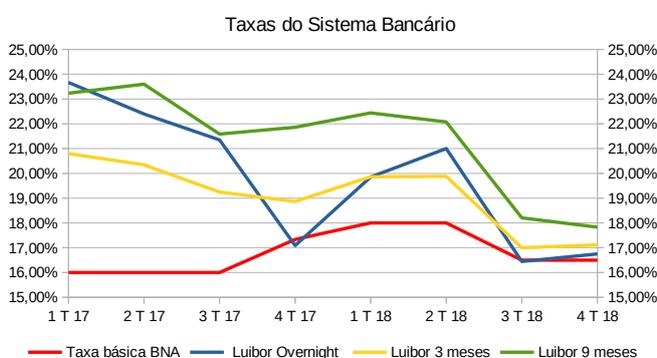
Os outros depósitos, em Kwanzas, em 2017, mantêm-se estáveis com excepção do 4º Trimestre em que sobem 170 mil milhões; em 2018, estes depósitos mantêm praticamente o nível de 2017. Já os Depósitos em divisas sobem cerca de 350 mil milhões nos 1º e 2º Trimestres de 2018, 300 no 3º e 200 no 4º, em correspondência com a tendência de redução dos ganhos petrolíferos a partir do 3º Trimestre.

No conjunto do ano de 2018, a moeda em Kwanzas mantêm-se praticamente inalterada, quer no

M1, quer no M2, enquanto as divisas sobem 1,6 Biliões, elevando a dolarização dos depósitos de 33% para 47%.

Como, no contexto de Angola, os depósitos em moeda estrangeira funcionam como substitutos do mercado financeiro inexistente, a redução da base monetária em kwanzas conseguiu manter inalteráveis os diversos agregados em moeda nacional o que contribuiu para uma inflação interna mais reduzida do que a inflação potencial importada com importantes efeitos na redução da rentabilidade do capital.

3.2.3 Taxas de Juro e Crédito à Economia

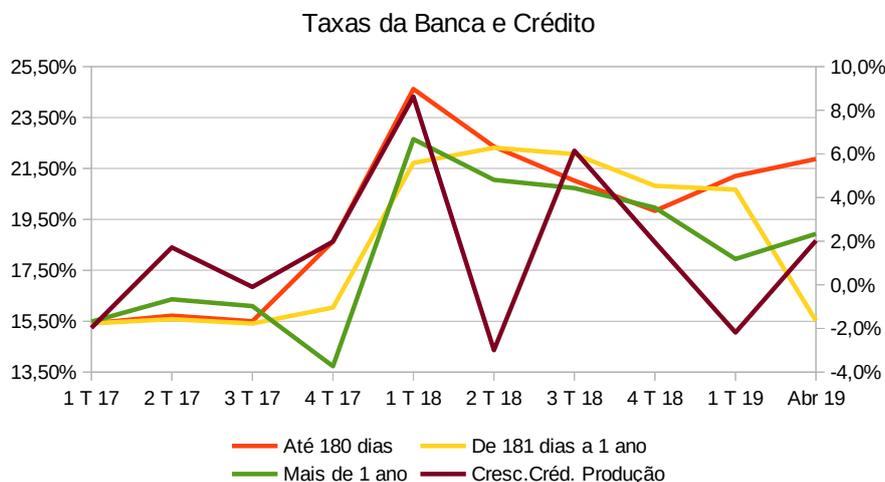


As taxas apresentadas no gráfico são as taxas médias do trimestre.

A taxa base do BNA sobe, em Novembro de 2017, para 18% e desce, em Julho de 2018, para os 16,5%.

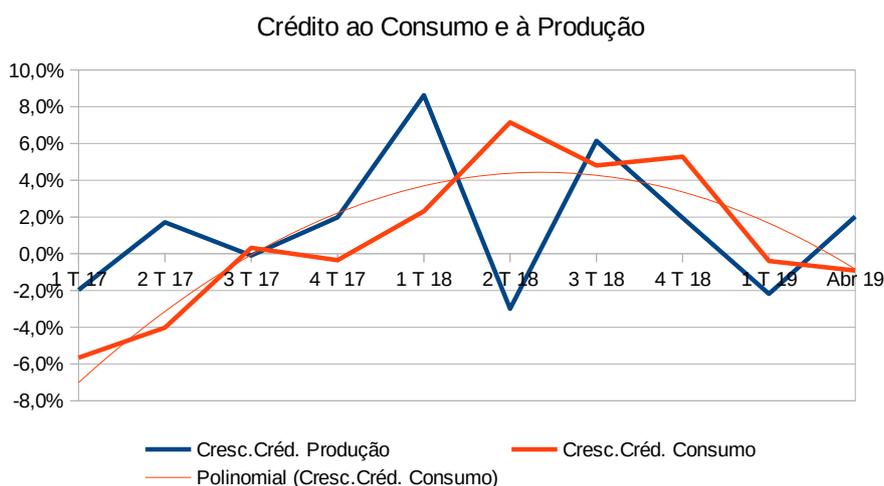
O aumento da Taxa Base arrasta as taxas Luibor, assistindo-se a um período (até Junho) onde o BNA dá sinais de querer retrain o crédito. A descida para os 16,5% em Julho (antes de Novembro de 2017 estava em 16%) mostra um interesse muito reduzido em facilitar o crédito. A política do BNA continua a privilegiar a inflação e o controlo dos agregados monetários em kwanzas parece ser uma preocupação fundamental.

Os juros dos BT a 1 ano, que se situavam a 23,9% em finais de 2017, descem para 17,9% nas emissões de Junho/ Julho mas voltaram a subir, oscilando à volta dos 19%¹⁰ a partir dessa data, continuando a “sugar” a disponibilidade de crédito. Em 2019 assiste-se a uma redução das taxas dos BTs a 1 ano para cerca de 18%, continuando a dívida pública interna, mais rentável e de menor risco, a constituir um forte desincentivo à concessão de crédito à economia.



As taxas de Juro à economia apresentaram um forte crescimento entre os 3º Trimestre de 2017 e 1º Trimestre de 2018, num esforço de conter a inflação, assistindo-se posteriormente a um alívio gradual sem que, contudo, tenham regressado ao patamar dos 15,5% no início da série.

Nota-se uma estranha correlação entre as taxas de juro e o crescimento do crédito o que demonstra a tese do excedente de procura de crédito sendo os montantes concedidos fortemente dependentes da oferta. Neste quadro será curioso verificar o efeito da medida tomada pelo BNA no sentido de disponibilizar crédito mais barato à produção que analisaremos posteriormente.



O Crédito à Produção (soma do crédito aos ramos de actividade) ¹¹ tem uma variação até ao 3º trimestre de 2018 (com um movimento em serra, nos 1º e 2º trimestres, que se compensam) apresentando, posteriormente uma acentuada redução que atinge terreno negativo no 1º Trimestre de 2019.

Este movimento poderá estar relacionado com a falência ou adaptação dos negócios ao novo quadro da política monetária, reduzindo as necessidades de cobertura de tesouraria mas ainda não há suficiente clareza na tendência. A confirmar-se, a procura de crédito reduzir-se-á e a correlação entre a subida do crédito e das taxas de juro desaparecerá. Com os actuais níveis das taxas de juro o crédito ao investimento manter-se-á sempre muito reduzido e, conseqüentemente, sem tendência definida.

Em termos anuais, assiste-se a uma quase estagnação, em 2017 (+1,6%), seguida de um apreciável crescimento, de 14%, em 2018.

Foi lançado, com alguma pompa e circunstância, o Programa de Apoio ao Crédito (PAC) que substitui o Programa de Apoio ao Investimento (PAI) que não apresentou qualquer resultado. O PAC foi instituído através do Decreto Presidencial 159, de 24 de Maio mas teve o seu ponto de partida no Aviso 4/19 do BNA, de 3 de Abril, que obriga a banca a conceder ou justificar um volume mínimo de crédito correspondente a 2% do seu capital social a 31 de Dezembro de 2018, com o custo total “incluindo a taxa de juro nominal anual e as comissões”¹², a não poder ser superior a 7,5%, para apoio à produção de 54 produtos, maioritariamente constantes da cesta básica.

Muito recentemente foi assinado um protocolo de cooperação com os 8 maiores bancos para implementar esta medida. Quaisquer que tenham sido os termos da negociação para interessar a banca na concessão de crédito com taxas reais negativas e rentabilidades muito inferiores a outros investimentos, o montante é significativo mas não excepcional, o que, do meu ponto de vista, é positivo porque programas excepcionais têm o inconveniente de nunca serem implementados.

11 As definições aqui apresentadas de Crédito ao Consumo e à Produção apesar de não muito rigorosas parecem-nos úteis para perceber o destino do crédito.

12 Aviso 4 de 2019 do BNA

O montante anunciado de 141 mil milhões de Kwanzas representa menos de 4% do montante de crédito à produção existente em Abril de 2019 e cerca de $\frac{1}{3}$ do aumento do crédito à produção em 2018. Acredito que, com a influência do BNA sobre a banca comercial,¹³ o Programa possa ser implementado com algum êxito, dando algum impulso à produção: $\frac{1}{3}$ do aumento do crédito de 2018 é, apesar de tudo, uma percentagem significativa, mesmo tendo em conta que o crédito concedido foi de montante muito mais elevado se considerarmos as amortizações do ano.

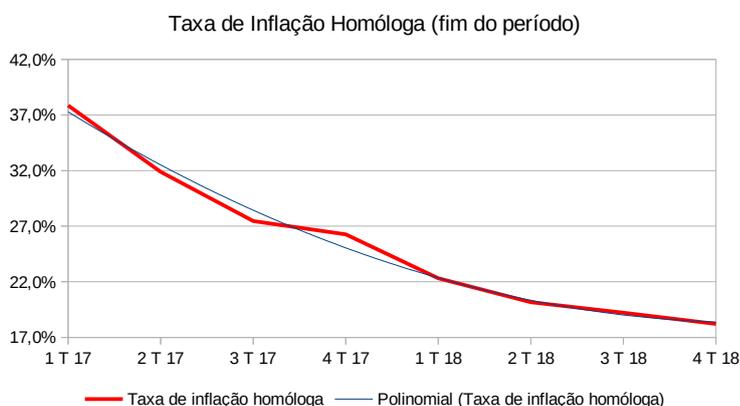
Contudo o esquema criado para o apoio governamental parece-me demasiado orientado para o cumprimento de objectivos políticos e envolver demasiados intervenientes da máquina governamental o que poderá criar alguma fricção. Esperemos que venha a dar certo porque é uma condição essencial, embora não a única, para aumentar a produção nos sectores estratégicos.

Os dados do Crédito ao Consumo mostram um crescimento contínuo até final de 2018 e uma tendência negativa em 2019.

O stock de crédito ao consumo apresentou uma variação de -9,4%, em 2017, contra um crescimento de 20,9%, em 2018.

3.2.4 Inflação

A inflação continua a constituir a principal preocupação do BNA: basta ver o espaço que lhe é reservado nos relatórios das reuniões do Comité de Política Monetária.



A inflação homóloga tem-se reduzido de forma regular, seguindo a linha de tendência: após um forte declínio até ao 2º trimestre de 2018 a trajetória suavizou-se parecendo querer estabilizar à volta dos 17%.

A teorização desta redução da inflação ainda está por fazer. Apenas algumas referências: 1) a inflação importada, devido à deterioração da taxa de câmbio, foi apenas parcialmente transmitida para

a inflação interna devido à redução significativa dos rendimentos que condicionaram a Procura, originando que parte significativa deste potencial tivesse sido absorvido pela redução dos lucros das empresas.

13 Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Angolano de Investimentos (BAI), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Económico (BE), Banco Millennium Atlântico (BMA) e Banco Internacional de Crédito (BIC). O protocolo de acordo do PAC não inclui o BPC e BE (provavelmente devido ao montante de crédito mal parado) mas inclui 4 bancos de dimensão intermédia: Standard Bank (de dimensão internacional), Banco de Negócios Internacional (BNI), o Banco Comercial do Huambo (BCH) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI). Os 4 grandes bancos e o Standard Bank comprometem-se a disponibilizar 125 mil milhões, 89% do montante global.

O variação dos Agregados Monetários, em Kwanzas, parece ter tido, como seria de esperar, uma importância fundamental no controlo da inflação.

Os Agregados gerais parecem não ter grande influência na inflação o que confirma a minha percepção, contra a opinião dominante, de que apenas os Agregados em Kwanzas interessam quando se pretende conter a inflação.

3.3 Orçamento Geral do Estado - OGE

O Ministério das Finanças (MinFin) publica uma profusão de documentos que não apresentam sequência cronológica aparente e contêm incoerências:

1) Dados publicados no sítio do MinFin, em folha de cálculo, sob o nome “ANGOLA: RESUMO GERAL DA EXECUÇÃO DA ...” do Gabinete de Estudos e Estatísticas, Departamento de Estudos e Estatística do Ministério das Finanças. Estes quadros são bastante completos e não apresentam discrepâncias entre as perspectivas da Natureza e da Função. Infelizmente ainda não foram publicados relativamente a 2018 (há meses que se mantêm nos dados preliminares de Novembro). Apesar de detalhados, parece haver alguma incoerência uma vez que, por exemplo, os Juros relativos a 2017 somam, apenas, 284,5 mil milhões de Kwanzas.

2) Dados publicados no sítio do MinFin, em formato pdf, sob o nome “Relatório de Execução Trimestral do OGE do ... Trimestre de ...”. Estes Relatórios apresentam pouco detalhe em termos de rubricas do OGE e debruçam-se essencialmente sobre o que se passou no trimestre sem fazerem, de forma sistemática, uma análise dos valores acumulados do ano. Estão publicados os relatórios até ao 4º Trimestre de 2018 mas parecem padecer da mesma incoerência, já que o Relatório do 4º Trimestre de 2017 apresenta juros no montante global de 275,2 mil milhões de Kwanzas.

3) Dados publicados no sítio do MinFin, em formato de folha de cálculo, sob o nome “Dados do Boletim Estatístico das Finanças Públicas - ... Trimestre de ...”. Estes dados apresentam bastante detalhe mas só estão disponíveis os referentes aos 1º a 3º Trimestres de 2018, pelo que não podem ser usados para os fins deste relatório.

4) Dados constantes dos Relatórios de Fundamentação dos OGE. O detalhe é reduzido e não apresentam a execução dos anos anteriores em termos de Despesa por Natureza. No Relatório de Fundamentação da Proposta de Revisão do Orçamento de 2019, publicada em Maio, os juros de 2017, somam 677,3 mil milhões de Kwanzas.

5) A Conta Geral do Estado - disponível para 2017 apenas na versão preliminar no sítio do MinFin - que, por ser um documento formal, aprovado pela Assembleia Nacional, não deveria conter incongruências, pelo menos, incongruências internas. Ora, o que se verifica é que, entre as perspectivas da Natureza e Função, existem discrepâncias.

Poderia escolher os dados mais recentes se houvesse alguma coerência cronológica, isto é, se os valores das publicações posteriores fossem constantemente maiores do que os das anteriores, uma vez que se tratam de números relativos à execução. Porém, infelizmente, este não é o caso: há

valores maiores, iguais e menores em todas as publicações.

Isto coloca-nos perante um dilema: usar os dados do Resumo Geral da Execução (1), os Relatórios de Execução Trimestrais (2) ou os dados do Relatório de fundamentação (4)?

Usando os Relatórios de fundamentação perde-se imediatamente o detalhe e a coerência entre as perspectivas da Natureza e Função na análise da Despesa. Usando a Conta Geral do Estado para 2017 perde-se, não apenas, a coerência entre as duas perspectivas mas também o detalhe relativamente à distribuição dos juros entre dívida interna e externa.

Porque o “Resumo” sendo posterior, apresenta valores maiores que o Relatório e, em geral, os 2 documentos são coerentes, optei por usar, para 2017, o “Resumo” da Execução Trimestral (1) e, para 2018, o Relatório de Execução Trimestral (2) (por não ter ainda sido publicado o “Resumo” do 4º Trimestre). No entanto, para 2017, e considerando a incoerência dos dados referentes aos juros em ambos os documentos, resolvi aceitar os dados do “Relatório de Fundamentação”. Fica uma mistura pouco atraente mas, perante as incongruências, parece-me o compromisso mais aceitável.

Separei as Despesas de Natureza Financeira sem juros e isolei os juros fazendo as correcções correspondentes. Feitas estas correcções, subsiste, em 2018, uma diferença entre as perspectivas da Natureza e Função no montante de 3 mil milhões de kwanzas na Execução e de 51 mil milhões no Orçamento que resolvi ignorar.

3.3.1 Receitas

Os dados de 2018 são pouco detalhados no que diz respeito à Receita e, de acordo com o Relatório, faltam classificar 893 mil milhões de Kwanzas.

O Quadro abaixo apresenta as seguintes colunas: Execução de 2017, Execução de 2018, Execução de 2018 deflacionada da inflação média em 2018, Crescimento Real da Execução (Execução Deflacionada de 2018/Execução de 2017 -1), Orçamento de 2018, Execução Orçamental de 2018 em percentagem.

Por exemplo, aceitando os dados da Conta Geral do Estado de 2017 os juros teriam crescido, em termos reais, em 2018, 41% e não 14%. Como se pode perceber, a escolha do documento para fonte dos dados, TODOS eles editados pelo Ministério das Finanças e disponíveis no seu sítio, altera, de forma radical, a análise.

	2 017	2 018	2018 Defla	% 18Defla/ 17	Orç.	% Execu ção
Inflação média				20,3%		
Receitas Não Financeiras	3 312	6 559	5 451	65%	4 904	134%
Receitas Correntes	3 312	6 559	5 451	65%	4 904	134%
Rendimentos do Petróleo	1 786	3 681	3 059	71%	2 401	153%
Impostos e Taxas Petrolíferas	811	1 275	1 060	31%	1 538	83%
Rendimentos do Petróleo (Concess)	975	2 406	1 999	105%	862	279%
Impostos Não-petrolíferos	1 272	1 767	1 468	15%	1 941	91%
Transferências	167	194	161	-4%	173	112%
Outros rendimento correntes- Patrimoniais, Serviços, etc	87	917	762	779%	389	236%

A Receita Não-financeira, incluindo os 893 mil milhões ainda não classificados, aumenta, em termos reais, 65% devido, sobretudo, ao aumento das receitas petrolíferas, 71%

A execução da receita orçamental não financeira foi de 134%, também devido aos rendimentos petrolíferos (153%).

Já vimos que a produção real de petróleo foi menor que a prevista e que existe uma boa correlação entre o PIB petrolífero e a produção petrolífera, pelo que, este excedente de receitas se ficou a dever, exclusivamente, à alteração dos preços de exportação.

Tenho defendido que, com a actual volatilidade dos preços e decréscimo da produção, o preço orçamental do petróleo devia ser fixado, em 50 USD/ barril, para a legislatura (18-22). O Orçamento Rectificativo de 2019, fixou o preço em 55 USD/Barril, o que, apesar de ligeiramente superior ao que proponho, é melhor do que os 68 do primeiro Orçamento.

A questão é que a fixação do preço do petróleo vale apenas para a orçamentação e não de execução, ou seja, vale para fixar o limite das Despesa mas não para que a geração actual renuncie a parte dos rendimentos petrolíferos, reservando-os, incondicionalmente, para as gerações futuras.

Defendo, por isso, que as receitas petrolíferas, resultantes do excedente relativamente ao preço fixado, sejam, automaticamente registadas como receitas de um fundo, com uma gestão autónoma que deve acautelar a participação nos rendimentos do petróleo das gerações futuras que se verão privadas deste recurso, quer por esgotamento da produção, quer pela redução da procura mundial.

Os impostos não petrolíferos crescem 15%, em termos reais, o que representa um excelente desempenho que evidencia uma melhor capacidade da máquina tributária que deve ser realçada, pese, embora, ter ficado aquém do objectivo orçamental (Execução de 90%).

No Relatório da Execução do 4º Trimestre de 2018, a receita não petrolífera soma, para o conjunto do ano de 2018, 1.767 mil milhões de Kwanzas, incluindo 24 mil milhões de receitas diamantíferas; no Relatório de Fundamentação da Revisão Orçamental, posterior, são 1.740; na informação disponível no sítio da AGT são apenas 1.693. Apesar da disparidade dos números, que deve ser prioridade do MinFin eliminar, os dados da AGT são os que contêm algum detalhe para se analisar a estrutura e a sua evolução. Optei por analisar os dados das receitas da AGT, aceitando que a divergência relativamente aos relatórios do MinFin se deva a que a listagem das receitas não seja exaustiva.

	2 017	2018 Def	Cresc	2018 Abr	2019 Abr Def	Cresc
Inflação média		20,3%			18,5%	
Imposto industrial	331	369	11,6%	87	104	19,8%
Imposto de Consumo	242	244	0,7%	94	68	-27,6%
IRT	240	243	1,1%	82	110	33,3%
Impostos sobre a importações	125	164	30,7%	50	53	6,5%
Imposto do selo	126	136	7,5%	51	50	-1,5%
IAC	61	79	29,9%	26	33	25,8%
Outras Receitas	80	74	-7,0%	29	27	-6,7%
Emolumentos gerais aduaneiros	54	70	29,0%	25	21	-16,7%
Imposto predial urbano	31	28	-10,2%	13	13	-1,6%
Total	1 291	1 407	9,0%	458	472	3,1%

A Receita fiscal constante dos dados da AGT, deflacionada, cresce 9% em 2018 sendo de destacar os impostos sobre importações (+30%), Imposto Automóvel (+30%) e Imposto Industrial (+12%). Este último pode ser o resultado da extensão da base tributária mas

também de um “aperto” excessivo às empresas debilitadas pela redução dos seus lucros; o seu crescimento (+20%), até Abril de 2019, parece indicar que se trata de uma extensão da base tributária, o que é de realçar.

O IPU apresenta um desempenho inaceitável (-10%) mostrando que não se faz a necessária extensão do imposto à maioria dos terrenos e rendas.

Em 2019, a eficiência decresce para 3% com forte crescimento no IRT (+33%), Imposto Industrial (20%) e imposto automóvel (26%) mostrando o efeito da Operação Resgate na extensão da Base Tributária. Apesar deste aspecto positivo continuo a achar que é necessário rever a forma de actuar no sentido de formalizar a actividade e não de a desencorajar: é mais importante não reduzir o valor acrescentado (mesmo que este não esteja contabilizado no PIB por ser informal) do que aumentar as receitas do Estado. Há que encorajar os negócios, aumentando o valor acrescentado, ao mesmo tempo que se formaliza a economia. Só o efeito acumulado destes dois factores aumentará, significativamente, a receita do Estado.

As receitas da Segurança Social decrescem, em termos reais, 4% embora com uma execução de 112%, ou seja, era esperada uma redução ainda mais substancial.

Esta análise, depende, contudo, dos números definitivos, nomeadamente da classificação dos quase 900 mil milhões de Kwanzas que, à falta de melhor, coloquei em Outros Rendimentos Correntes.

3.3.2 Despesa

3.3.2.1 Despesas por Natureza

	2 017	2 018	2018 Defla	% 18Defla/ 17	Orç.	% Execu ção
Inflação média			20,3%			
Despesas por natureza	4 662	4 810	3 997	-14%	5 553	87%
Despesas Correntes	3 480	3 641	3 026	-13%	4 059	90%
Remuneração de empregados	1 498	1 530	1 271	-15%	1 643	93%
Juros	677	930	773	14%	1 027	91%
Internos	383	484	402	5%	496	97%
Externos	295	447	371	26%	531	84%
Bens e Serviços	826	724	601	-27%	902	80%
Bens	323	272	226	-30%	323	84%
Serviços	503	452	375	-25%	579	78%
Subsídios e transferências correntes	479	457	380	-21%	488	94%
Despesas de Capital não financeiras	1 182	1 169	972	-18%	1 494	78%
Investimentos	1 182	1 165	968	-18%	1 382	84%
Outras	0	4	4	4180%	112	4%

A Despesa Não-Financeira real reduz-se em todas as rubricas significativas, com excepção dos juros.

As remunerações descem 15%, com um nível de execução de 93%, que corresponde a um quadro de estagnação dos salários e do número de funcionários, acompanhada de inflação.

Recorde-se que os Serviços Públicos, em medidas encadeadas de volume, crescem 8%, **mostrando que, neste sector, temos uma discrepância de 23 pontos percentuais entre o defator do VAB e a inflação!**

Os bens e serviços descem 27% (30% para os Bens e 25% para os Serviços), com um nível geral de execução de 80% (84% e 78%, respectivamente). Embora se mantenham algumas carências, não foram reportadas situações dramáticas, semelhantes às de 2017, ou seja, parece ter havido, aqui, uma melhoria significativa da eficiência, comprovando-se que é possível fazer melhor com menos; a redução da grande corrupção deve ter contribuído significativamente para este resultado.

Os subsídios e transferências, infelizmente apresentados sem detalhe, diminuem 21%, apresentando, no entanto, o maior grau de execução orçamental (94%) o que equivale a dizer que se tratou de uma

redução planeada. No entanto, sendo composta de coisas de natureza tão diversa como subsídios aos combustíveis e transferências sociais, não podemos tirar conclusões de confiança sem possuímos o detalhe destes números.

As despesas de capital não financeiras (essencialmente investimentos) declinam 18% para 1,1 biliões (968 mil milhões de kwanzas de 2017), correspondendo a um nível de execução de 84%.

Com um investimento público deste montante (cerca de 3,8 mil milhões de USD) o País deveria possuir excelentes estradas, distribuição de água e electricidade para todos e terrenos urbanizados com infraestruturas impecáveis que pudessem ser adquiridos pelas famílias ou investidores para a construção de habitação condigna. Em vez disso temos obras e obras de edificios e instalações para a Administração, habitações completas em terrenos mal urbanizados e muito mal geridas, destinadas à classe média e, para cúmulo, obras de fachada de todos os tipos. É tempo de reduzir significativamente o investimento, aliviando a dívida e destinando os recursos ao que é importante.

De realçar que o nível de execução variou entre os 84% e 94%, o que revela uma distribuição mais ou menos homogénea da redução da Despesa.

Os juros sobem 14%, (5% para os juros internos e 26% para os externos) com uma execução de 91% (97% para os juros internos e 84% para os externos).

A opção de aumentar a dívida é perfeitamente consciente reservando para a geração actual todo o benefício do petróleo acrescido do aumento da dívida e, para as gerações futuras, o encargo de a pagar, o que, do meu ponto de vista, é imoral e inaceitável!

3.3.2.2 Despesas por função

	2 017	2 018	2018 Defla	% 18Defla/17	Orç.	% Execução	Peso
Inflação média			20,3%				
Diferença – Natureza – Função	0	-3	-3		51	-7%	
Despesas por Função	4 662	4 814	4 000	-14%	5 501	88%	100%
Funções sociais	1 374	1 432	1 190	-13%	1 627	88%	30%
Educação	410	426	354	-14%	471	90%	9%
Saúde	211	255	212	1%	313	82%	5%
Protecção Social	423	390	324	-23%	419	93%	8%
Recreação, Cultura e Religião	37	32	27	-27%	39	82%	1%
Habitação e Serviços Comunitários	269	324	269	0%	377	86%	7%
Protecção Ambiental	24	5	4	-84%	7	65%	0%
Funções de Soberania	1 772	1 725	1 433	-19%	2 016	86%	36%
Defesa	617	661	550	-11%	674	98%	14%
Segurança e Ordem Pública	504	501	416	-17%	515	97%	10%
Serviços Públicos Gerais	651	563	467	-28%	827	68%	12%
Funções Económicas	839	727	604	-28%	831	87%	15%
Assuntos Comerciais	42	12	10	-76%	49	24%	0%
Agricultura e Outros	34	36	30	-12%	44	83%	1%
Combustíveis e Energia	380	398	331	-13%	406	98%	8%
Indústria e Construção	13	25	21	61%	37	68%	1%
Transportes	355	240	199	-44%	275	87%	5%
Comunicação e TI's	13	13	11	-14%	17	81%	0%
Outras	2	2	2	-19%	3	72%	0%
Juros	677	930	773	14%	1 027	91%	19%

A Despesa por função desce 14% em valor deflacionado, entre 2017 e 2018, com um declínio de 28% nas funções de natureza económica, 19% nas funções de soberania e 13% nas funções sociais e um crescimento dos juros de 14%.

Nas funções sociais a educação cai 14% e a protecção social 23%, com a saúde a crescer 1% e a habitação a estagnar. Do meu ponto de vista, a opção pela habitação, mormente tendo em conta o seu destino (ver a análise do Sector da

Construção no Anexo), em detrimento da educação e protecção social parece mostrar, de forma clara, a opção pelo apoio à classe média preterindo a população que sofre de maiores carências.

A Defesa cai apenas 11%, enquanto a Segurança Pública cai 17% parecendo que ainda nos mantemos mais preocupados com hipotéticas ameaças externas e não com a segurança das

populações. Do meu ponto de vista é urgente inverter as prioridades e transferir recursos da Defesa para a Segurança Pública, incluindo recursos humanos substanciais.

Nas funções económicas, as despesas com combustíveis e energia reduzem-se 13% e as de transportes 44%. Embora não seja aconselhável terminar abruptamente os subsídios à energia e combustíveis a redução deste tipo de despesa é bem-vinda. Relativamente aos transportes, se esta redução de recursos significar uma limitação do ritmo de recuperação das vias parece-me um caminho muito perigoso; se for uma redução do “investimento” em empresas estatais de transporte, onde já foi sobejamente comprovada a incapacidade de gestão, é muito positivo. Teremos portanto que esperar pelo detalhe dos números.

O peso das funções parece-me bem elucidativo. As funções de soberania absorvem 36% dos gastos não financeiros do Estado, com 14% para a Defesa, 10% para a Segurança Pública e 12% para a burocracia de estado (pese embora a redução de 28% face a 2017).

As funções sociais pesam 30%, com 9% para a Educação, 8% para a Protecção Social, 7% para a habitação e 5% para a saúde.

Combustíveis e Transportes valem 8% e 5%, respectivamente, num total de 15% para as funções económicas.

O juros já conseguem ter maior peso do que as funções económicas, representando quase 20% da despesa não-financeira.

As funções prioritárias do Estado: Educação, Saúde, Protecção Social, Segurança Pública e Transportes absorvem apenas 38% da despesa.

A Habitação, em termos de infraestruturas urbanas, deveria ser adicionada às funções prioritárias do Estado. Infelizmente, o tipo de gastos que constitui o grosso destas despesas destina-se à construção de habitação para a classe média que não deveria ter apoio social do Estado.

Mesmo somando Habitação e Combustíveis (é necessária uma redução gradual dos subsídios para não causar mais desequilíbrios económicos a curto prazo) as funções prioritárias do Estado somariam pouco mais de 50% (53%) ficando 45% para a Defesa, Burocracia e Juros e 2% a 3% para tudo o resto. Do meu ponto de vista, é na redução destes 45% que é necessário actuar com maior prioridade.

3.3.3 Saldo Orçamental e Operações de Natureza Financeira

	2 017	2 018	2018 Defla	% 18Defla/ 17	Orç.	% Execu ção
Inflação média			20,3%			
Saldo Orçamental	-1 350	1 749	1 453	-208%	-649	-269%
Operações de Financiamento	1 238	-723	-600	-148%	648	-112%
Dívida	1 316	-629	-523	-140%	756	-83%
Outras Operações financeiras	-78	-94	-78	0%	-109	86%
Receitas	0	0	0	0%	0	0%
Despesas	78	94	78	0%	109	86%
Saldo após financiamento	-112	1 026	853	-861%	-1	

Com o aumento da Receita (65%) e a redução da Despesas (-6%) o saldo orçamental torna-se positivo (1.750 mil milhões de Kwanzas de 2018).

Não sendo clara, no Relatório de 2018,

que parte da amortização e nova dívida se refere à dívida interna e externa, limito-me a apresentar o saldo global resultante dos quadros 14 (Financiamentos 2.987) e 16 (Amortização de Passivos Financeiros – 3.616), do que resulta um saldo global de -629 mil milhões de kwanzas. Esta informação é, desde logo, contraditória com a nota 179 onde é referido que, só relativamente à dívida externa, “Entraram em vigor de 43 contratos, num total de Kz 3.326,86 mil milhões”, ou seja, mais do que a soma de todos os financiamentos do Quadro 14. Comparando os stocks de dívida interna a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, constantes dos Relatórios de Execução dos 4º Trimestres respectivos, temos um crescimento da dívida interna, em 2018 (8.589–5.950) de 2.739 que quase totaliza o total de financiamentos do quadro 14, como se não tivesse havido amortização de dívida interna e novos financiamentos externos.

Certo é que, os dados do saldo de dívida, quer do Minfin, quer do BNA (se incluirmos os empréstimos titulados) nos apresentam um incremento significativo, em 2018, que contrasta com este registo negativo constante do Relatório de Execução do 4º Trimestre.

Ora se o saldo orçamental é largamente positivo (1.750 mil milhões de Kwanzas) para que serviu aumentar a dívida? Para onde foi parar o dinheiro correspondente ao saldo orçamental e ao montante adicional de dívida? Já vimos que, no que respeita a dívida externa, se destinou a engrossar os depósitos externos; mas com que sentido?

Os saldos e fluxos financeiros são muito pouco claros e consistentes. Contudo eles representam uma boa parte da despesas (juros) e dos compromissos das gerações futuras (dívida). É urgente que esta falta de transparência seja eliminada. **Estamos em Junho de 2019, as contas do Estado de 2018, mesmo que não apresentassem dados definitivos deviam, pelo menos, apresentar uma mínima coerência e, sobretudo, deviam ser apresentadas de tal forma que fosse facilmente perceptível o que se passou com os dinheiros públicos.**

4 Anexos

4.1 Anexo 1 - Questões sobre o cálculo do PIB pelo INE

O manual do FMI¹⁴, em que o INE se baseia para o cálculo do PIB em Medidas Encadeadas de Volume, contém, a meu ver, um grave problema de apresentação.

Assume o Manual que é possível determinar as medidas encadeadas de volume, calculando a variação do valor da produção aos preços do ano anterior para os sucessivos anos da série, encadeando, depois os respectivos índices de crescimento para determinar um índice composto para cada ano que, pela sua natureza, é diferente do cálculo da produção aos preços do ano base. Assume-se, ainda, que, para cada produção, apenas é possível calcular a variação a preços do ano base porque cada produto representa sempre 100% da sua própria produção.

Assim, apenas é possível apresentar índices de medidas encadeadas de volume (que incorporam a variação dos preços e dos pesos dos diferentes produtos) para o conjunto da produção, não para cada produção em particular. O problema é que esta questão, bem simples de entender, se torna

14 Manual de Contas Nacionais Trimestrais do FMI, de 2001

completamente confusa e opaca quando se apresentam, num mesmo quadro, os índices de variação de cada produção, medidos a preços constantes e do conjunto da produção, calculada em medidas encadeadas de volume. Mais confuso se torna quando se multiplica a produção do ano base pelos índices, obtendo um quadro, em valor, onde a soma das produções não é igual ao total da produção.

Tenta-se, de seguida, teorizar sobre o tema, a nosso ver de forma confusa, afirmando que as medidas encadeadas de volume perdem a aditividade. Na verdade, o que se passa é que, o quadro mostra medidas encadeadas de volume para a produção total e medidas a preço constante para os parciais. É por corresponderem a cálculos diferentes, que os valores parciais não correspondem, nem poderiam corresponder, ao total e não por qualquer suposta perda de aditividade inerente ao tipo de cálculo. O mesmo se passaria se apresentássemos os cálculos parciais a preços constantes e o valor total a preços correntes ou qualquer outra forma diferente de calcular os parciais e total. Não há qualquer perda de aditividade nas medidas encadeadas; apenas dois métodos de cálculo diferentes apresentados, confusamente, num mesmo quadro. Separem-se os quadros, apresentem-se com os títulos correctos e o problema desaparece instantaneamente. Ao contrário, a apresentação de dois tipos de cálculo diferentes num mesmo quadro, leva, instintivamente, a assumir-se que os métodos foram os mesmos, por muito que se alerte para o facto de terem sido diferentes: se são diferentes deviam ser apresentados em quadros diferentes, ponto!

Pensamos que o INE apresenta medidas encadeadas de volume sectoriais, usando uma fórmula de cálculo desconhecida mas que deve corresponder a assumir-se que a produção do sector é a produção global, efectuando um cálculo semelhante ao das medidas encadeadas de volume do PIB, para os diferentes produtos do sector. Mesmo que corresponda a um tipo de cálculo semelhante, a ponderação das quantidades no total da produção nacional e na produção do sector é profundamente diferente, dela resultando que os dois métodos são tão dissemelhantes quanto as medidas encadeadas e os preços constantes que constam do manual.

Há duas formas de resolver o problema: 1) apresentar os cálculos em dois quadros diferentes; 2) Determinar o deflator geral do PIB em medidas encadeadas de volume e aplicá-lo a todos os VAB nominais sectoriais, daí resultando um quadro onde os valores são aditivos e transparentes.

Evidentemente que este último cálculo representa, de forma mais homogénea e completa, aquilo que se passou na economia. Para o PIB global teremos a mesma exacta medida que é, actualmente, apresentada pelo INE; para os VAB sectoriais teremos uma medida mais adequada porque, em vez de um cálculo a preços constantes, onde os pesos das produções não exercem qualquer influência¹⁵, ou um cálculo de “medidas encadeadas sectoriais”¹⁶ que determinam um deflator por cada sector, como se existissem várias moedas sectoriais, obtemos um cálculo resultante da aplicação da valorização¹⁷ da moeda, calculada para o conjunto da economia. Na prática, em vez de termos moedas (deflatores) sectoriais, temos uma única moeda (deflator) nacional, o que corresponde à realidade económica.

Também não se entende como o INE privilegia as medidas encadeadas de volume, relegando o PIB

15 A solução apresentada no manual do FMI

16 A solução do INE

17 Positiva ou negativa

nominal para segundo plano, apresentado-o em base anual e sem detalhe sectorial.

Deverá, complementarmente, analisar-se a discrepância entre o deflator do PIB e a inflação cujos valores deviam ser muito próximos, devendo o INE ajudar a perceber as causas que mais contribuem para a diferença. Se, de um lado, só o INE possui dados para o fazer, de outro, as actuais incongruências entre os dois deflatores (inflação = deflactor do poder de compra; deflator do PIB = deflator da moeda) apenas podem levar-nos à conclusão que um deles ou ambos estão mal calculados, introduzindo forte desconfiança nos dados.

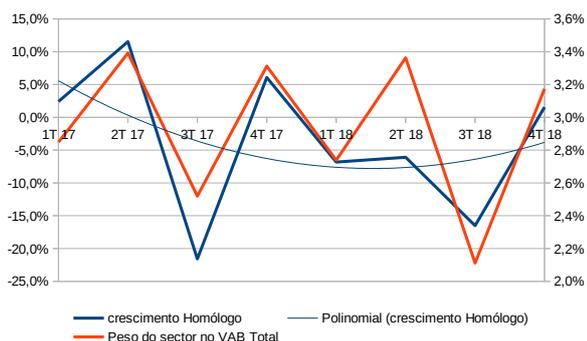
Há, ainda, que ponderar como deverão ser corrigidos, no PIB, os valores resultantes da exportação de matérias-primas. Na verdade, estas deverão ser primeiro convertidas em produtos finais nacionais para poderem ser correctamente somadas à restante produção. De outra forma estamos a somar qualidades diferentes violando a memória dos nossos professores da instrução primária quando nos tentaram fazer perceber que não é possível somar mandiocas com cebolas. Teoricamente o tema parece pouco desenvolvido, talvez porque as economias mais desenvolvidas, onde se produz teoria, não sejam fortes exportadores de matérias-primas. De um ponto de vista prático poder-se-ia converter o valor das exportações em moeda estrangeira do ano base, dividindo-o pelo índice de inflação externo e, seguidamente, convertendo-o em moeda nacional ao câmbio do ano base, o que permitiria adicioná-la às restantes produções. Claro que seria também possível calcular os índices em medidas encadeadas bastando, para tal, calcular, ano a ano e encadear os índices.

Não o fazer significa perder a consistência entre os números do PIB em medidas encadeadas de volume e a variação dos rendimentos. Os rendimentos e a despesa dependem do que se pode comprar com a venda de petróleo e não da quantidade de petróleo que exportamos, ou seja, o PIB Real depende do valor das exportações de petróleo e não das suas quantidades. Só seria diferente se exportássemos bens finais que pudessem ser internamente consumidos; de outra forma é necessário, o mais aproximadamente possível, converter as exportações em bens finais internos, coisa que, até agora, não é feita nas publicações do INE.

4.2 Anexo 2 – VAB dos Sectores não prioritários

4.2.1 Indústria extractiva

Os dados sobre a extracção de diamantes são fornecidos pelo Ministério da Geologia e Minas e complementados com os dados da Endiama. Não há qualquer referência aos dados dos restantes sub-sectores.



Este sector é composto maioritariamente pela produção de diamantes brutos para exportação e o seu comportamento errático depende, muito, do seu preço nos mercados internacionais.

A linha de tendência descreve um arco que se aproxima de zero, no 2º trimestre de 2017,

mantendo-se em terreno negativo desde essa altura. Uma ligeira inversão da tendência parece iniciar-se a partir do 3º Trimestre de 2018 mas apenas devido ao crescimento de 1,6% atingido no 4º trimestre. O fim do monopólio de comercialização pode conduzir a uma melhoria dos rendimentos mas não é ainda claro que isto venha a acontecer, devido à especificidade e controlo de preços pelos agentes mundiais mais importantes.

O peso do sector é irrisório, oscilando entre os 2,1% e os 3,4% do VAB Não-Petrolífero, apenas valendo pelo facto de ser composto, principalmente, por produtos de exportação, captadores de divisas.

O que parece mais relevante neste sector é o caminho errático muito marcado pela sua dependência dos diamantes e do seu preço.

Tal como no caso das pescas, as licenças de exploração dos recursos naturais foram distribuídas a nacionais sem o requerido conhecimento e capital, afastando o investimento. Esta pretensa “angolanização” apenas favoreceu uma “elite” rentista sem qualquer benefício social geral.

As significativas exigências em termos de investimento e conhecimento tornam o sector pouco prioritário nesta fase, embora isso possa dever-se à distorção das relações económicas acima referida, recomendando-se uma actuação prudente, sem investimentos do Estado.

4.2.2 Electricidade e Água

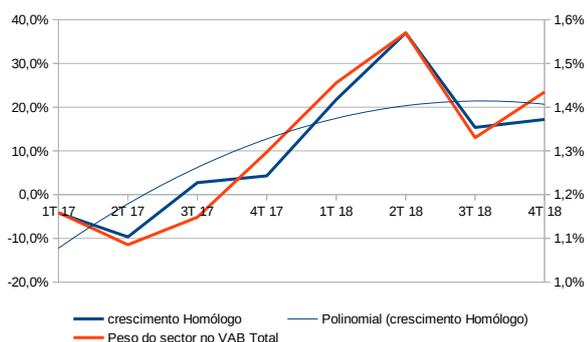
Não é perfeitamente claro o que está incluído neste VAB. Nas contas iniciais de 2017, incluía apenas a produção de energia, do que resultava um crescimento da ordem dos 40%. Posteriormente o valor foi corrigido para incluir, apenas, a distribuição de energia, do que resultou um crescimento anual de -1,6%. Parece que os dados de 2018 voltam a incluir a produção de energia, pelo que todos estes valores poderão vir a ser corrigidos.

Na verdade, os dados de produção devem ser excluídos, uma vez que não passam de consumos intermédios do produto final vendido pelo sector: a distribuição de electricidade e água aos lares e às empresas. No entanto, os aumentos quantitativos e qualitativos da produção afectam o VAB do sector: 1) se houver falhas na distribuição devidas a problemas da produção o aumento da produção irá aumentar imediatamente a distribuição; 2) se a produção se tornar significativamente mais barata (como é o caso da produção das hidráulicas comparativamente com as térmicas) vai aumentar o VAB porque este é igual ao valor de venda do produto final (distribuição) menos os consumos intermédios (produção). Como a produção e distribuição pertencem ao mesmo sector, o VAB é o preço da distribuição menos os consumos intermédios adquiridos fora do sector. Na prática, mantendo-se a distribuição mas substituindo o gasóleo das térmicas por água livre do rio, o VAB aumenta no valor do gasóleo poupado, não na quantidade de produção de energia gerada pelas hídricas ou sequer da produção total de energia,¹⁸ como parece decorrer destes números.

Os valores corrigidos de 2017 demonstram que a distribuição se reduziu significativamente nesse

18 Com a produção das hídricas aumenta a distância de transporte da energia e, conseqüentemente, as perdas entre a produção e a distribuição, por exemplo.

ano, uma vez que o VAB caiu 1,7%, na presença de uma maior produção e de uma produção mais barata, o que é extremamente preocupante. A transparência destes dados é absolutamente essencial, para se conhecer a evolução destes dois tipos fundamentais de infraestruturas.



A linha de tendência é marcadamente positiva revelando a diferente natureza dos dados em 2017 e 2018, pelo que, para uma leitura adequada, teremos que aguardar a sua eventual correcção.

O peso do sector é muito reduzido (1,1% a 1,5%) não sendo relevante como sector produtivo.

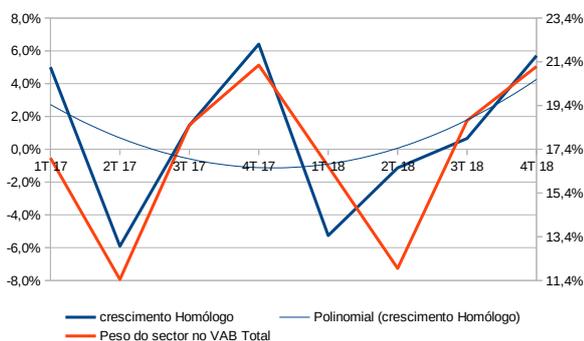
A sua excepcional relevância deriva da importância dos seus produtos para a competitividade geral, já

que os custos de contexto, resultantes da produção de energia por geradores ou a aquisição de água de cisterna, aumentam fortemente os custos de contexto.

É bem visível uma forte correlação entre o crescimento e o peso do sector.

4.2.3 Construção:

Segundo o INE, pelo menos os dados preliminares referentes ao 4º Trimestre de 2017, foram baseados na produção de cimento e clínquer. Não se entende como pode ter havido um crescimento de 11,6% neste trimestre (posteriormente corrigida para 8%) em plena crise do cimento e do clínquer!



O crescimento homólogo apresenta uma forte correlação com o peso do sector, com uma forte sazonalidade que não conseguimos perceber.

A linha de tendência apresenta um arco convexo com mínimo no 4º trimestres de 2017 e valores negativos entre o 3º trimestre de 2017 e o 2º Trimestre de 2018. A tendência final (4%) apresenta-se, contudo, acima do crescimento populacional o que é um excelente indicador.

O peso do sector é muito significativo, apresentando uma variação sazonal, com picos nos 4ºs trimestres (21%) e valores mais reduzidos nos 2ºs Trimestres (11%). Não conseguimos encontrar qualquer lógica para esta variação acentuada e regular.

O sector foi afectado, desde 2014, pela crise do sub-sector “prime”, com a saída dos expatriados mas foi recuperando com o investimento da poupança em Kwanzas, em propriedades urbanas, beneficiando de várias ilusões sociais: o sonho da casa própria; ser um investimento rentável e seguro; estatuto social; etc.

O sector formal é muito influenciado pelas obras públicas que são, em larga medida, supérfluas. Cessando parte significativa das obras do Estado, o sector poderá sofrer uma redução importante que terá que ser compensada pela alteração da política de habitação.

À parte a construção promovida pelo OGE e o reduzido sub-sector prime, o restante sector vive uma situação de obscuridade, sub-facturação, falta de registo e pagamento de impostos.

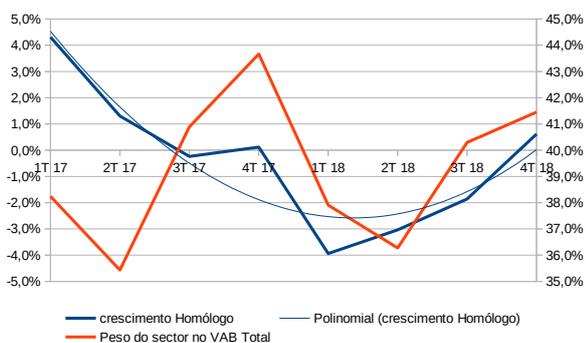
Na verdade, uma parte significativa do investimento em construção é feito em terrenos mal urbanizados, adquiridos a preços especulativos, a meia dúzia de privilegiados que se tornaram proprietários sem registo nem legitimidade. O processo de urbanização e legalização da propriedade fundiária deverá proporcionar mercado para o empreendedorismo imobiliário livre e formal, para além dos espíritos mais aventureiros e “desenrascados”, de que deve resultar o aumento da actividade, desde que as regras sejam simples e transparentes: preços de mercado e livre iniciativa ou, habitação social, restrita à capacidade de controlo das autoridades e destinada aos mais necessitados.

O receio de que os preços possam tornar-se demasiado elevados é apenas uma enorme oportunidade para o Estado e a actividade económica: se isso se verificar, significa apenas que a oferta é menor que a procura; nessa altura, o Estado deverá rapidamente urbanizar mais e vender mais para que se construa mais, aumentando o valor acrescentado e baixando os preços.

A política de “habitação social” continua a ser completamente opaca, dominada pela actividade monopolista da Imogestin (pública) e da Kore Angola (parceria público privada), que promovem a construção de habitações com preços de custo superiores a 100.000 Usd, nas “Centralidades” e bairros do tipo “Nova Vida” e a uma muito reduzida venda de terrenos para auto-construção, sujeita a excessiva regulamentação e procedimentos administrativos.

Uma alteração substancial das regras de aquisição de terrenos e o registo da propriedade fundiária parecem-me prioridades absolutas de uma boa governação.

4.2.4 Produção total de Bens



A produção total de bens sofre uma profunda redução entre o 4º Trimestre de 2016 e o 1º Trimestre de 2018, invertendo, depois, a tendência de queda, apenas alcançando terreno positivo (+0,6) no 4º Trimestre de 2018.

Há, portanto um sentimento misto, com a inversão da queda a conferir algum optimismo; mas num quadro em que o crescimento se mantém negativo ou nulo, agravado por um crescimento insustentável

da população. A linha de tendência descreve um arco com mínimo de -2,5% no 1º Trimestre e 0% no 4º Trimestre, ambos de 2018.

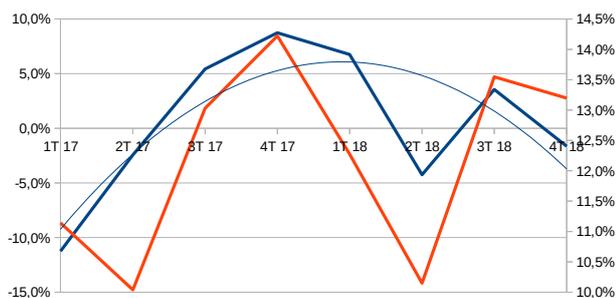
Em termos de estrutura, o peso dos bens oscila em V variando entre cerca de 36% nos 2ºs Trimestres e à volta dos 43% nos 4ºs Trimestres, seguindo a variação sazonal, sem aparente explicação do sector da Construção que tem, aqui, um peso muito significativo.

4.2.5 Serviços Públicos

	Trimestres 2017				Trimestres 2018			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Despesas com o pessoal – execução orçamental					337.883	333.609	360.334	
Varição face ao Trimestre anterior						-1,3%	8,0%	
VAB serviços Públicos	27.719	23.947	31.955	34.790	29.591	22.930	33.090	34.219
Varição face ao Trimestre anterior	-13,4%	-13,6%	33,4%	8,9%	-14,9%	-22,5%	44,3%	3,4%

O valor dos serviços públicos corresponde, de acordo com o INE, à remuneração de empregados do Estado. Existem,

contudo, fortes discrepâncias entre os dados do INE e a execução orçamental como se comprovou acima na discussão da Despesa por Natureza.

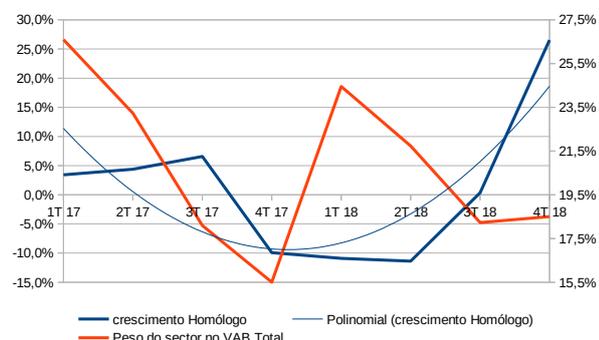


De acordo com os dados do INE, os Serviços Públicos teriam recuperando até ao 4º Trimestre de 2017, entrando em terreno positivo no 3º Trimestre, apresentando uma tendência decrescente, em 2018, com um valor estranho no 2º Trimestre.

A linha de tendência desenha um arco côncavo, com pico no 1ª Trimestre de 2018. No entanto, a actualização salarial de Janeiro de 2019 irá, decerto, alterar significativamente estes dados.

O peso oscila de forma demasiado irregular para a sua natureza, entre os 10% e os 14%, com vales nos 2ºs Trimestres e picos nos 3º e 4ºs, relacionados com o pagamento do 13º mês.

4.2.6 Comércio



De acordo com o relatório referente ao 4º Trimestre de 2017, este sector é calculado com base num Índice composto, incluindo volumes de alimentos e indústria transformadora, assim como bens importados.

O sector do comércio apresenta um comportamento estranho, com valores muito positivos e crescentes (entre 4% e 6%) até ao 3º Trimestre de 2017; depois tem uma queda brusca de 16 pontos percentuais no 4º trimestre, mantendo-se nesse patamar durante 3 trimestres consecutivos; posteriormente, sem qualquer explicação plausível, apresenta um valor próximo de zero no 3º trimestre de 2018 e tem um pico absurdo de +25% no 4º trimestre.

Na verdade, nem a produção interna, que já vimos que se reduziu em 6,8% para o conjunto da Agricultura, Pescas e Indústria Transformadora, nem as importações de bens de consumo que crescem 4,9% em USD (cerca de 2,3% em termos reais) justificam este crescimento.

De notar ainda que este valor tem significativa importância para o crescimento global do PIB no trimestre o que compromete a consistência dos dados globais.

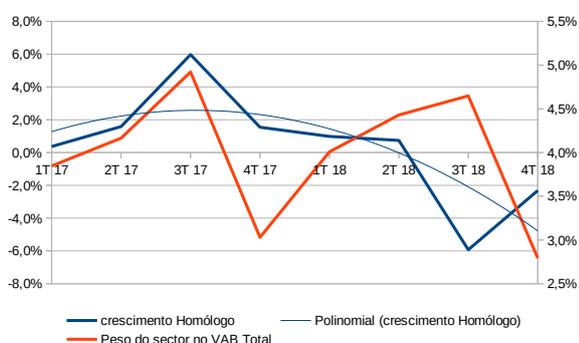
A linha de tendência que era constantemente decrescente com estabilização em cerca de -8% apresenta agora uma evolução positiva durante o ano de 2018 com um máximo de cerca de +20% no 4º Trimestre.

Contrariamente aos dados apresentados, opiniões e informações confidenciais recolhidas de grandes comerciantes e grossistas, apontam para um declínio significativo do comércio em 2018. Não sendo divulgadas as contas da maioria dos grandes operadores (a falta de transparência não se limita ao Estado), servir-nos-emos, com as devidas cautelas no que respeita à generalização, da informação divulgada no sítio oficial do Grupo Shoprite, que mostram um declínio do volume de negócios constante, na ordem dos 10% a 11%, desde o final de 2017 (ver anexo I)

Este declínio real do comércio poderá, possivelmente, ser explicado pela degradação dos mercados urbanos em razão da redução do poder de compra a que se vinha assistindo desde 2014 e que parece ter atingido o nível de consciência dos consumidores, de forma definitiva, em 2018, bem como da deterioração dos lucros das empresas comerciais, quase todas fortemente importadoras, em razão da depreciação do Kwana. Os consumidores tornaram-se muito sensíveis ao preço, de tal forma que a inflação atingiu valores homólogos de 18%, no final do ano, em presença duma desvalorização, também homóloga, de 86%.

Apesar da incongruência dos dados apontarem para uma regressão ainda maior, o peso do sector tem declinado, desde um máximo de 26,6% no início de 2017 para 18,5% no final de 2018, apresentando, também, uma sazonalidade estranha, em consonância com a falta de coerência dos dados.

4.2.7 Logística



O crescimento da logística (Transportes e Armazenagem) apresenta 2 desvios, sem qualquer justificação, nos 3ºs Trimestres (um pico de 6% em 2017 e um vale de -6% em 2018).

Do nosso ponto de vista estes valores não podem ser, senão, erros estatísticos.

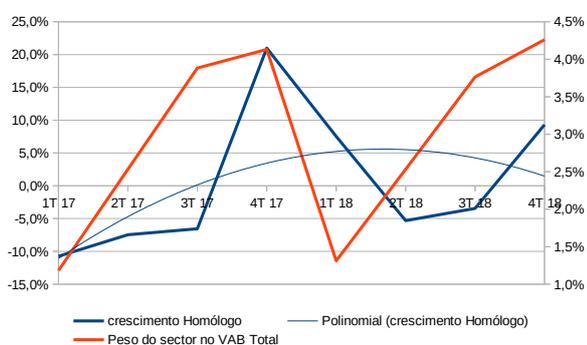
Eliminando estes dois valores, o crescimento da logística é muito estável à volta de 1%, com excepção dos últimos 2 Trimestres de 2018 onde apresenta valores negativos. Esta evolução é bastante estranha já que a logística devia ter forte correlação (com ou sem desvio temporal) com o

Comércio.

A linha de tendência é côncava, ao invés da linha do comércio, mostrando uma tendência decrescente e negativa (-5%) no final de 2018.

O peso do sector é reduzido, oscilando entre os 3% e os 4,5%, com sazonalidade marcada por picos nos 3ºs Trimestres e vales nos 4ºs trimestres, o que, novamente, denota alguma possível transferência de dados entre Trimestres.

4.2.8 Telecomunicações

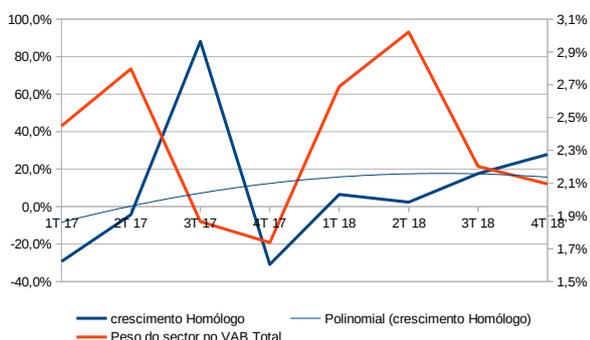


As telecomunicações têm, logicamente, um desenvolvimento muito regular em termos homólogos. Por isso não se entende bem o desvio relativamente à linha bem definida pelos restantes valores, no 4º Trimestre de 2017 e no 1º Trimestre de 2018.

A linha de tendência é côncava, com tendência decrescente no final de 2018, devido aos estranhos valores acima apontados. Se os dados desses trimestres tivessem sido ligeiramente crescentes relativamente ao 3º Trimestre de 2017, a linha de tendência coincidiria com a linha convexa dos crescimentos trimestrais, isto é, apresentaria uma tendência crescente que atingiria um valor ligeiramente positivo no final de 2018.

O peso do sector, segue uma linha lógica com picos no final do ano e vales nos 1ºs Trimestres e sem grande relevância global (entre 1,5% e 4,0% do VAB Não-petrolífero)

4.2.9 Intermediação Financeira e de Seguros



Provavelmente haverá alguma transferência de dados entre os 3º e 4º Trimestres de 2016 que origina um comportamento estranho em 2017. Em 2018 este sector apresenta variações positivas e de tendência crescente, desde 2,3% no segundo Trimestre a 28%, no 4º Trimestre, o que denota um certo domínio do sector financeiro, com forte transferência de fundos da esfera real para a esfera financeira.

Devido à escala das variações a linha de tendência aparenta ser suave. Porém, alterando a escala vemos um tendência crescente muito marcada crescendo entre -8% e +18% com ligeira pendente decrescente no final do ano (+15%).

O peso do sector é, devido à sua natureza e ausência de mercado financeiro, reduzido, apresentando

oscilações com picos nos 2ºs trimestres que não conseguimos compreender.

A real solidez do sistema financeiro continua envolta em mistério: se por um lado alguns bancos aparentam boa solidez como o BAI, Standard, BFA e Millennium, outros, como o BE, apresentam problemas não totalmente clarificados e os bancos estatais continuam sem cumprir os rácios exigidos pelo BNA (BPC, BCI) ou a ser muito vulneráveis (BDA).

O BNA revogou, a 31 de Dezembro, a licença do Banco Postal e Banco Mais, ambos ligados à família do ex-Presidente, sem consequências para o sistema financeiro e sem prejuízos maiores para os depositantes. Existem notícias não confirmadas de que o FMI continua a insistir na revogação da licença do BE (herdeiro do BESA) por incumprimento dos rácios, mesmo após a injeção de 3 mil milhões de USD de capital por parte do Estado, em 2014, mas parece haver alguma resistência por parte do BNA, talvez resultante da forte implantação do banco na economia ou da excessiva exposição do Estado.

Na verdade os bancos estatais, BPC, BCI, BDA ou com forte participação do Estado (BE) parecem ser o maior motivo de preocupação no momento, sendo previsível a anulação da licença de alguns deles. A falência ou “salvamento” dos bancos estatais tem vindo a ser sucessivamente contemplada nos orçamentos de 2018 e 2019, de forma totalmente opaca, sob a rubrica de “Aumentos de participações” que, no orçamento de 2019, contém um valor aproximado de mil milhões de USD.

Sabe-se que por favores (parte significativa do crédito foi parar a mãos de pessoas ligadas ao poder político), erros de gestão (a aposta no segmento “prime” imobiliário ou similar – empreendimento Gika e semelhantes de menor dimensão - que, desde, pelo menos 2010, apresentava claros sinais de ser uma bolha especulativa), simples resultado do risco inerente à actividade ou uma mistura de todos eles, cerca de 30% dos empréstimos bancários são crédito mal parado, estando uma parte significativa concentrada nos bancos estatais. A transferência de parte deste crédito para a Recredit não parece ter dado os resultados esperados, continuando a aguardar-se notícias sobre a eficácia da recuperação dos créditos comprados por esta instituição e os seus Resultados Líquidos.

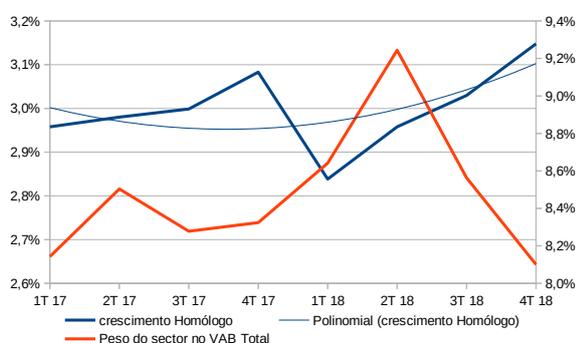
Não posso concordar com esta gestão opaca da vulnerabilidade do sistema financeiro: os rácios e resultados de testes financeiros de todos os bancos devem ser publicados em relatórios periódicos simples e transparentes, de forma a que os agentes económicos possam escolher as instituições que mais confiança lhes oferecem. Por maioria de razão – porque a participação no problema lhes é totalmente alheia e porque é aqui que o problema se concentra - todos os cidadãos, como accionistas dos bancos estatais e da Recredit, têm o direito de entender, de forma clara, o risco que correm devido aos problemas do sistema: devem ser constantemente informados sobre se os mil milhões de USD, constantes do Orçamento de 2019, são suficientes, excessivos ou insuficientes para resolver o problema do sistema financeiro dos bancos do Estado.

Perante uma situação generalizada de queixas relativas à perda de rentabilidade da parte da restante economia, os bancos apresentaram lucros significativamente crescentes, em 2018, resultantes, antes de tudo das operações cambiais. O BNA, que actuou bem relativamente à taxa de câmbio, foi demasiado lento para impedir a apropriação de fortes mais valias ligadas às operações de liquidação de créditos em moeda estrangeira das mais diversas origens. Esta “sucção” de fundos da

economia real para a economia financeira constituiu um dos problemas macroeconómicos mais importantes em 2018.

Em 2019, o BNA tem tentado inverter a tendência, impondo limites às taxas e comissões nas operações cambiais e “obrigando” os bancos, no quadro do PAC, a financiar a economia, ainda que num montante limitado – ver 3.2.3. Taxas de Juro e Crédito à Economia. Embora seja contrário à imposição de regras administrativas, em geral, a particularidade do sector (os 6 maiores bancos dominam 80% do mercado) poderá justificar, pelo menos transitoriamente, as medidas tomadas.

4.2.10 Imobiliário



Os dados deste sector pecam por defeito, por haver muitos arrendamentos e serviços de intermediação imobiliária sem qualquer contrato e registo.

Mesmo assim o peso do sector é significativo variando entre 8% e 9%.

A tendência descreve um arco pouco acentuado com crescimentos positivos, à volta dos 3%.

4.3 Anexo 3 - RESULTS FOR THE YEAR ENDED 1 JULY 2018

The table below sets out the percentage change in turnover, based on the actual results for the financial year, in reported currency and constant currency for the following major currencies. The total impact on Supermarkets Non-RSA is also reflected after consolidating all currencies in this segment.

% Change in turnover on prior period 52 weeks	Reported Currency	Constant Currency
Angola kwanza	(26.1)	(9.3)
Nigeria naira	(1.9)	4.0
Zambia kwacha	3.1	8.8
Mozambique metical	21.9	12.3
Total Supermarkets Non-RSA	(7.0)	1.2

